

DISPENSA ELETRÔNICA - DE Nº 90014/SMC/G/2025

PROCESSO SEI nº PROCESSO N.º 6025.2025/0009713-7

Critério de Julgamento: MENOR PREÇO TOTAL GLOBAL.

Referência de tempo: Para todas as referências de tempo será observado o horário oficial de Brasília (DF).

Todos os questionamentos deverão ser encaminhados para o e-mail:
smccaflicitacoes@prefeitura.sp.gov.br

DESTINAÇÃO: DISPENSA ELETRÔNICA EXCLUSIVA para participação de empresas ME/EPP/MEI, nos termos da Lei Complementar 123/2006, e suas alterações, em especial as das Leis Complementares 147/2014 e 155/2016, e, Decreto Municipal nº 56.475/2015.

DATA DO INÍCIO DO PRAZO PARA ENVIO DA PROPOSTA: 20/08/2025 às 09h00 horas.

UASG: 925054 – sistema eletrônico: compras.gov

Torna-se público que a SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA E ECONOMIA CRIATIVA, por meio da Supervisão de Compras e Licitações – SLA, realizará **Dispensa Eletrônica**, com critério de julgamento menor preço, configurada a hipótese do art. 75, inciso II, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, Decreto Municipal nº 62.100 de 27 de dezembro de 2022 e demais normas aplicáveis.

Data da sessão: 20/08/2025.

Horário da Fase de Lances: das 9h00 às 15h00 horas

Horário da Fase de Julgamento das Propostas: das 15h00 às 18h00 (podendo, se necessário, continuar em data e hora a ser informado no chat do procedimento).

1. OBJETO

1.1. Aquisição de material bibliográfico novo, nacional, constituído de livros necessários à atualização e complementação do acervo da Biblioteca do Arquivo Histórico Municipal – BAHM

1.2. O critério de julgamento adotado será o menor preço **TOTAL**, observadas as exigências contidas neste Aviso de Dispensa Eletrônica seus Anexos.

1.3. **A empresa poderá participar de quantos e quais itens desejar.**

2. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

2.1. Qualquer divergência entre as especificações contidas no Anexo II deste aviso e as constantes no CATMAT (catálogo de MATERIAIS) do COMPRASGOV, prevalecerão para todos os efeitos, as do Anexo II – Termo de Referência.

3. PARTICIPAÇÃO NA DISPENSA ELETRÔNICA

- 3.1. A participação na presente dispensa eletrônica ocorrerá por meio do Sistema de Dispensa Eletrônica, ferramenta informatizada integrante do Sistema de Compras do Governo Federal – Comprasgov -, disponível no Portal de Compras do Governo Federal, no endereço eletrônico <https://www.gov.br/compras/pt-br>.
- 3.1.1. O procedimento será divulgado no Sistema compras.gov.br e no Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP, e encaminhado automaticamente aos fornecedores registrados no Sistema de Registro Cadastral Unificado - SICAF, por mensagem eletrônica, na correspondente linha de fornecimento que pretende atender.
- 3.1.2. O [Compras.gov.br](https://compras.gov.br) poderá ser acessado pela web ou pelo aplicativo compras.gov.br.
- 3.1.3. O fornecedor é o responsável por quaisquer transações efetuadas diretamente ou por seu representante no Sistema de Dispensa Eletrônica, assumindo-as como firmes e verdadeiras, não cabendo ao provedor do Sistema ou ao órgão/entidade, promotor do procedimento, a responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros não autorizados.
- 3.2. Não poderão participar desta dispensa os fornecedores:
- 3.2.1. que não atendam às condições desta Dispensa Eletrônica e seus anexos;
- 3.2.2. que não tenham objeto social pertinente e compatível ao licitado;
- 3.2.3. que estejam sob processo de falência;
- 3.2.3.1. É admitida participação de empresas em recuperação judicial, mediante apresentação, no momento oportuno do certame, da comprovação de que o respectivo plano de recuperação foi acolhido judicialmente, na forma do art. 58, da Lei 11.101, de 09/02/2005, e certidão emitida pela instância judicial competente demonstrando estar a empresa apta econômica e financeiramente a participar de procedimento licitatório.
- 3.2.4. constituídos em forma de consórcio, posto que o objeto do certame não apresenta complexidade ou sequer quantitativos que justifiquem a participação de pessoas jurídicas consorciadas;
- 3.2.5. estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;
- 3.2.6. que se enquadrem nas vedações de participação do artigo 14 da Lei Federal 14.133/2021, notadamente:
- a) pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da contratação, impossibilitada de contratar em decorrência de sanção que lhe foi imposta, ou seja, declarada inidônea e/ou impedidas de licitar e contratar com a Administração Pública;
- a.1.) A vedação se estende ao fornecedor que atue em substituição a outra pessoa,

física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do fornecedor;

- b) aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;
- c) empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da [Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976](#), concorrendo entre si;
- d) pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação deste aviso, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista; e,
- e) organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição (Acórdão nº 746/2014-TCU-Plenário);

3.3. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da dispensa eletrônica ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, estendendo-se às vedações a terceiro que auxilie na condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica, conforme §§ 1º e 2º do art. 9º da Lei n.º 14.133, de 2021.

4. INGRESSO NA DISPENSA ELETRÔNICA E CADASTRAMENTO DA PROPOSTA INICIAL

4.1. O ingresso do fornecedor na disputa da dispensa eletrônica se dará com o cadastramento de sua proposta inicial, na forma deste item. O fornecedor interessado, após a divulgação do Aviso de Contratação Direta, encaminhará, exclusivamente por meio do Sistema de Dispensa Eletrônica, a proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura do procedimento.

4.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta, em especial o preço ofertado, vinculam a Contratada.

4.2.1. A proposta deverá conter declaração de que a proponente compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

4.2.2. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do fornecedor, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

- 4.3 No pagamento serão retidos os tributos incidentes na fonte, conforme legislação vigente.
- 4.4. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo a proponente o compromisso de executar o fornecimento nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.
- 4.5 No cadastramento da proposta inicial, o fornecedor deverá, também, assinalar Termo de aceitação, **em campo próprio do sistema**, às seguintes declarações:
- 4.5.1. que está ciente e concorda com as condições contidas no Aviso de Contratação Direta e seus anexos, e, responde pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei;
 - 4.5.2. que sua proposta econômica compreenderá a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal de 1988, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data da sua entrega em definitivo;
 - 4.5.3. que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;
 - 4.5.4. que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social, e, para aprendiz, previstas em lei e em outras normas específicas;
 - 4.5.5. que tem ciência em relação a todas as informações e condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da presente Dispensa Eletrônica;
 - 4.5.6. que cumpre o disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal de 1988, que proíbe o trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de dezoito e de qualquer trabalho a menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos.
 - 4.5.7. que observa os incisos III e IV do art. 1º e cumpre o disposto no inciso III do art. 5º, todos da Constituição Federal de 1988, que veda o tratamento desumano ou degradante.
- 4.6. O fornecedor organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 4.7. O fornecedor, como microempresa ou empresa de pequeno porte, deverá declarar, ainda, em **campo próprio do sistema eletrônico**, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 e 43, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021.
- 4.8. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, fica facultado ao fornecedor, ao

cadastrar sua proposta inicial, a parametrização de valor final mínimo, com o registro do seu lance final aceitável (menor preço).

5 FASE DE LANCES

- 5.1 A partir da data e horário estabelecidos neste Aviso de Contratação Direta, a sessão pública será automaticamente aberta pelo sistema para o envio de lances públicos e sucessivos, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo encerrado no horário de finalização dos lances, também já previsto neste aviso.
- 5.2 Iniciada a etapa competitiva, os fornecedores deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.
- 5.2.1. O lance deverá ser ofertado pelo **valor total**.
- 5.3 O fornecedor somente poderá oferecer valor inferior ou maior percentual de desconto em relação ao último lance por ele ofertado e registrado pelo sistema.
- 5.3.1 O fornecedor poderá oferecer lances sucessivos iguais ou superiores ao lance que esteja vencendo o certame, desde que inferiores ao menor por ele ofertado e registrado pelo sistema, sendo tais lances definidos como “lances intermediários” para os fins deste Aviso de Contratação Direta.
- 5.3.2 O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao que cobrir a melhor oferta será de **R\$0,10** (dez centavos).
- 5.4 Havendo lances iguais ao menor já ofertado prevalecerá aquele que for recebido e registrado primeiro no sistema.
- 5.5 Caso o fornecedor não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.
- 5.6 Durante o procedimento, os fornecedores serão informados, em tempo real, do valor do menor lance ou do maior desconto registrado, vedada a identificação do fornecedor.
- 5.7 Imediatamente após o término do prazo estabelecido para a fase de lances, haverá o seu encerramento, com o ordenamento e divulgação dos lances, pelo sistema, em ordem crescente de classificação.
- 5.7.1 O encerramento da fase de lances ocorrerá de forma automática pontualmente no horário indicado, sem qualquer possibilidade de prorrogação e não havendo tempo aleatório ou mecanismo similar.

6 JULGAMENTO DAS PROPOSTAS DE PREÇO

- 6.1. Encerrada a fase de lances, será verificada a conformidade da proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação do objeto e à compatibilidade do preço, em relação ao estipulado para a contratação.
- 6.2. No caso do preço da proposta do primeiro colocado estar acima do preço máximo definido para a contratação, haverá negociação de condições mais vantajosas. **Para tanto, será disponibilizado o prazo de 20 minutos para negociação e resposta por**

parte do fornecedor melhor colocado. Se não houver resposta o fornecedor estará passível de desclassificação, a critério do agente de contratação.

6.2.1. Neste caso, será encaminhada contraproposta ao fornecedor que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida a melhor proposta com preço compatível ao estimado pela Administração.

6.2.2. A negociação poderá ser feita com os demais fornecedores classificados, exclusivamente por meio do Sistema, respeitada a ordem de classificação, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido para a contratação.

6.3. Em qualquer caso, concluída a negociação, o resultado será registrado na ata do procedimento da dispensa eletrônica, devendo esta ser anexada aos autos do processo de contratação.

Constatada a compatibilidade entre o valor da proposta e o estipulado para a contratação, será solicitado ao fornecedor o envio da proposta adequada ao último lance ofertado ou ao valor negociado, de acordo com o formulário que segue como anexo III, se for o caso, acompanhada dos documentos de habilitação e complementares, quando necessários, no prazo de **2 (duas) horas** para anexação de toda documentação de habilitação, proposta, anexos e demais documentos.

6.4. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

6.6 Será desclassificada a proposta vencedora que:

6.6.1. Não for encaminhada devidamente preenchida, conforme anexo III, no prazo estipulado no item 6.4. e/ou no prazo prorrogado, conforme informação no *chat* do sistema.

6.6.2. conter vícios insanáveis;

6.6.3. não obedecer às especificações técnicas pormenorizadas neste aviso ou em seus anexos ;

6.6.4. apresentar preços inexequíveis ou que permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

6.6.5. não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

6.6.6. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste aviso ou seus anexos, desde que insanável.

6.7. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que o fornecedor comprove a exequibilidade da proposta.

6.7.1. Quando o fornecedor não conseguir comprovar, se requerido, que possui ou possuirá recursos suficientes para executar a contento o objeto, será considerada inexequível a proposta de preços ou menor lance que:

- 6.7.1.1 For insuficiente para a cobertura dos custos da contratação, apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da dispensa não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio fornecedor, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.
- 6.7.1.2. apresentar um ou mais valores da composição de custos, se requerida, que sejam inferiores àqueles fixados em instrumentos de caráter normativo obrigatório, tais como leis, medidas provisórias e convenções coletivas de trabalho vigentes.
- 6.8. Erros no preenchimento da proposta não constituem motivo para desclassificação, podendo ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço.
- 6.8.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas.
- 6.9. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do material ou da área especializada no objeto.
- 6.10. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, será examinada a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.
- 6.11. Havendo necessidade, a sessão será suspensa, informando-se no “chat” a nova data e horário para a sua continuidade.
- 6.12. Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, se iniciará a fase de habilitação, observado o disposto neste Aviso de Contratação Direta.

7. HABILITAÇÃO

- 7.1. Os documentos exigidos para fins de habilitação constam do **ANEXO I – DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA PARA HABILITAÇÃO** deste aviso e serão solicitados do fornecedor melhor classificado na fase de lances.
- 7.2. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do fornecedor detentor da proposta melhor classificada, será verificado o eventual descumprimento das condições de participação no certame, quanto à existência de sanção que impeça tal participação e futura contratação, mediante consulta aos cadastros a seguir discriminados, em nome/CNPJ do fornecedor, matriz e filial, se o caso, e também no nome/CPF dos seus sócios majoritários/administradores, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário. A saber:

a) SICAF;

b) Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça – CNJ, no endereço eletrônico

www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php;

c) Cadastro Nacional das Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, no endereço da <https://portaldatransparencia.gov.br/sancoes/consulta?ordenarPor=nomeSancionado&direcao=asc>

d) Portal de Sanções Administrativas, no endereço eletrônico https://www.bec.sp.gov.br/Sancoes_ui/asp/sancoes.aspx;

e) Rol de Empresas Punidas, disponível no endereço eletrônico http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/gestao/suprimentos_e_servicos/empresas_punidas/index.php?p=9255;

f) Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), disponível no endereço eletrônico <https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>

7.2.1. Caso conste nas consultas a existência de Ocorrências Impeditivas, o gestor diligenciará para verificar suas procedências, bem assim se houve fraude por parte da empresa apontada no respectivo Relatório, devendo convocar o fornecedor para manifestação previamente a qualquer decisão.

7.2.1.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

7.2.2. Constatada a existência de sanção, o fornecedor será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

7.3. Será também consultado o CADIN Municipal em nome/CNPJ do fornecedor, no endereço eletrônico: https://www3.prefeitura.sp.gov.br/cadin/Pesq_Deb.aspx

7.4. Caso a consulta ao CADIN MUNICIPAL resulte em ocorrências impeditivas, estas não serão motivo de inabilitação, mas o gestor, deverá diligenciar junto ao fornecedor suas procedências e providências tomadas para regularização, uma vez que será fato impeditivo para a formalização da contratação, nos termos da legislação pertinente.

7.5. Caso atendidas as condições de participação, a habilitação do fornecedor será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos.

7.5.1. É dever do fornecedor atualizar previamente as comprovações constantes do SICAF para que estejam vigentes na data da abertura da sessão pública, ou encaminhar, quando solicitado, a respectiva documentação atualizada.

7.5.2 O descumprimento do subitem acima implicará a inabilitação do fornecedor, exceto se a consulta aos sítios eletrônicos oficiais, emissores de certidões, lograr êxito em encontrar a(s) certidão(ões) válida(s).

7.6. Na hipótese de necessidade de envio de documentos complementares, indispensáveis à confirmação dos já apresentados para a habilitação, ou de documentos não constantes do SICAF, o fornecedor será convocado a encaminhá-los, em formato digital, por meio do sistema, no prazo de 01 (uma) hora, sob pena de inabilitação. (art. 19, § 3º, da IN Seges/ME nº 67, de 2021).

7.7. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.

- 7.8. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.
- 7.9. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.
- 7.10. Serão aceitos registros de CNPJ do fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.
- 7.11. Os documentos serão analisados quanto a sua conformidade com os solicitados, inclusive os emitidos via Internet serão conferidos, e serão anexados ao processo administrativo pertinente a esta Dispensa Eletrônica, e, havendo necessidade de analisar minuciosamente algum documento, a sessão será suspensa, sendo informada a nova data e horário para a sua continuidade.
- 7.12. Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal da microempresa ou empresa de pequeno porte assim qualificada, bem como de cooperativa que preencha as condições estabelecidas no artigo 1º, §2º, do Decreto nº 56.475/2015, participante e vencedora do certame, a sessão será suspensa, concedendo-se o prazo de 5 (cinco) dias úteis, prorrogável por igual período, para regularização, de forma a possibilitar, após tal prazo, sua retomada, nos termos do disposto nos artigos 17 e 18 do Decreto nº 56.475/2015.
- 7.13. Será inabilitado o fornecedor que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Aviso de Contratação Direta.
- 7.13.1. Na hipótese do fornecedor não atender às exigências para a habilitação, o órgão ou entidade examinará a proposta subsequente, verificando sua aceitabilidade e procedendo à habilitação da proponente, na ordem de classificação, e, assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta e proponente que atendam às especificações do objeto e as condições de habilitação.
- 7.14. Constatado o atendimento às exigências de habilitação, o fornecedor será habilitado.

8 CONTRATAÇÃO

- 8.1. Após a homologação e adjudicação, caso se conclua pela contratação, será emitida a Nota de Empenho/Contrato, cujo anexo fará as vezes de Contrato.
- 8.2. O adjudicatário terá o prazo de 3 (três) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para aceitar o instrumento equivalente, no presente caso, a Nota de Empenho/Contrato e seu Anexo, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Aviso de Contratação Direta.
- 8.2.1. O prazo previsto no subitem anterior poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.
- 8.3. O Aceite da Nota de Empenho/Contrato ou do instrumento equivalente, emitida ao

fornecedor adjudicado, implica o reconhecimento de que:

- 8.3.1. A contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas no Aviso de Contratação Direta e seus anexos;
- 8.3.2. A contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 137 e 138 da Lei nº 14.133, de 2021 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 137 a 139 da mesma Lei.
- 8.4. O prazo de vigência da contratação é o estabelecido no Termo de Referência.
- 8.5. Será exigida a comprovação das condições de habilitação e contratação consignadas neste aviso, que deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência do ajuste.
- 8.6. O prazo de pagamento será de 30 (trinta) dias, a contar do mês de referência da execução dos serviços.
- 8.6.1 O pagamento será efetuado por crédito em conta corrente, no BANCO DO BRASIL S/A, conforme estabelecido no Decreto nº 51.197/2010, publicado no DOC do dia 22 de janeiro de 2010.

9 INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- 9.1 Comete infração administrativa o fornecedor que praticar quaisquer das hipóteses previstas no art. 155 da Lei nº 14.133, de 2021, quais sejam:
 - 9.1.1 dar causa à inexecução parcial do contrato;
 - 9.1.2 dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
 - 9.1.3 dar causa à inexecução total do contrato;
 - 9.1.4 deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
 - 9.1.5 não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
 - 9.1.6 não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
 - 9.1.7 ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
 - 9.1.8 apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a dispensa eletrônica ou a execução do contrato;
 - 9.1.9 fraudar a dispensa eletrônica ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
 - 9.1.10 comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
 - 9.1.10.1 Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os fornecedores, em qualquer momento da dispensa, mesmo após o encerramento da

fase de lances.

9.1.11 praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos deste certame.

9.1.12 praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

9.2 O fornecedor que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

a) Advertência pela falta do subitem 9.1.1 deste Aviso de Contratação Direta, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

b) Multa – calculada na forma do contrato, não podendo ser inferior a 0,5% nem superior a 30% do valor contratual, e será aplicada em qualquer das hipóteses dos subitens 9.1.1. a 9.1.12.

b.1.) Para as infrações anteriores a celebração do contrato a multa será de 20% sobre o valor do contrato, se firmado fosse;

c) Impedimento de licitar e contratar - será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos subitens 9.1.2 a 9.1.7 deste Aviso de Dispensa Eletrônica, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos;

d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar - será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos subitens 9.1.8 ao 9.1.12, deste Aviso de Dispensa Eletrônica, bem como pelas infrações administrativas previstas nos subitens 9.1.2 a 9.1.7. que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no item “c” acima, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) e máximo de 6 (seis) anos.

9.2. Todas as sanções previstas neste Aviso poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (conforme art. 156, §7º da Lei 14.133/2021).

9.3. A aplicação das sanções ora previstas não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Contratante (conforme art. 156, §9º da Lei 14.133/2021).

9.4. Antes da aplicação da multa, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (conforme art. 157 da Lei 14.122/21).

9.5. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pela Contratante a Contratada, além da perda desse valor, a diferença poderá ser cobrada judicialmente (conforme art. 156, §8º da Lei 14.133/2021).

9.6. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

9.7. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o

contraditório e a ampla defesa ao fornecedor/contratado, observando-se o quanto previsto no parágrafo 6º do artigo 156 e o procedimento previsto no *caput* e parágrafos do art. 158, ambos da Lei Federal nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

9.8. Na aplicação das sanções serão considerados (conforme art. 156, §1º da Lei 14.133/2021):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para a Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle, quando o caso.

9.9. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

9.10. A personalidade jurídica da Contratada poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos no Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com a Contratada, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (conforme art. 160 da Lei 14.133/2021).

9.11. A Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ele aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP).

9.12. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

10 DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

10.1. No caso de todos os fornecedores restarem desclassificados ou inabilitados (procedimento fracassado), a Administração poderá:

10.1.1. republicar o presente aviso com uma nova data;

10.1.2. Valer-se, para a contratação, de proposta obtida na pesquisa de preços que serviu de base ao procedimento, se houver, privilegiando-se os menores preços, sempre que possível, e desde que atendidas às condições de habilitação exigidas.

10.1.2.1 No caso do subitem anterior, a contratação será operacionalizada fora deste

procedimento.

- 10.1.3. fixar prazo para que possa haver adequação das propostas ou da documentação de habilitação, conforme o caso.
- 10.2. As providências dos subitens 10.1.1 e 10.1.2 acima poderão ser utilizadas se não houver o comparecimento de quaisquer fornecedores interessados (procedimento deserto).
- 10.3. Havendo a necessidade de realização de ato de qualquer natureza pelos fornecedores, cujo prazo não conste deste Aviso de Contratação Direta, deverá ser atendido o prazo indicado pelo agente competente da Administração na respectiva notificação, sob pena de desclassificação/inabilitação, conforme o caso.
- 10.4. Caberá ao fornecedor acompanhar as operações, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda do negócio diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.
- 10.5. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário.
- 10.6. Os horários estabelecidos na divulgação deste procedimento e durante o envio de lances observarão o horário de Brasília-DF, inclusive para contagem de tempo e registro no Sistema e na documentação relativa ao procedimento.
- 10.7. No julgamento das propostas e da habilitação, a Administração poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante solicitação fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.
 - 10.7.1. Após a entrega dos documentos não será admitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência para complementação de informações em relação aos documentos já apresentados e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame e atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.
- 10.8. As normas disciplinadoras deste Aviso de Contratação Direta serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.
- 10.9. Os fornecedores assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo de contratação.
- 10.10. Em caso de divergência entre disposições deste Aviso de Contratação Direta e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerão as deste Aviso.
- 10.11. Da sessão pública será divulgada Ata no sistema eletrônico.
- 10.12. O responsável pela realização e acompanhamento da presente Dispensa é a Senhora



Supervisão de Licitação, Compras e Almoxarifado -SLA

Ketlyn Bueno Leandro fone: (11)3397-0007 – email:
smccaflicitacoes@prefeitura.sp.gov.br

10.13. Integram este Aviso de Contratação Direta, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

ANEXO I – Documentação exigida para Habilitação;

ANEXO II – Proposta de Preços;

ANEXO III e IV– Modelos Referenciais – Declarações.

ANEXO IV-A – Minuta de Contrato

ANEXO V – Termo de Referência

ANEXO VI – Relação dos livros



Supervisão de Licitação, Compras e Almoxarifado -SLA

DISPENSA ELETRÔNICA - DE Nº 90014/SMC/G/2025

PROCESSO SEI nº PROCESSO N.º 6025.2025/0009713-7

Critério de Julgamento: MENOR PREÇO TOTAL GLOBAL.

OBJETO: Aquisição de material bibliográfico novo, nacional, constituído de livros necessários à atualização e complementação do acervo da Biblioteca do Arquivo Histórico Municipal – BAHM

ANEXO I – DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA PARA HABILITAÇÃO

1. As exigências de habilitação a serem atendidas pelo fornecedor são aquelas discriminadas nos itens a seguir:

1.1. Habilitação jurídica: Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

1.1.1. Pessoa física:

- cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

1.1.2. Empresário individual:

- inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

1.1.3. Microempreendedor Individual - MEI:

- Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

1.1.4. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI:

- inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

1.1.5. Sociedade empresária estrangeira com atuação permanente no País:

- portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020;

1.1.6. Sociedade simples:

- inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

1.1.7. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:

- inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

1.2. Habilitações fiscal, social e trabalhista:

1.2.1. prova de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), se o caso;

1.2.2. prova de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);

1.2.3. prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão negativa de débitos, expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;

1.2.4. prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), mediante apresentação do Certificado de Regularidade de Situação para com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

1.2.5. prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT -, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

1.2.6. prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual, municipal e/ou distrital, quando houver, relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

1.2.6.1. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar 123/2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

1.2.7. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual/Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre, mediante apresentação de Certidão de regularidade de débitos referentes a tributos estaduais.

1.2.7.1. No caso do fornecedor ter domicílio ou sede no Estado de São Paulo, a prova de regularidade para com a Fazenda Estadual se dará através da certidão de débitos tributários da Dívida Ativa do Estado de São Paulo, expedida nos termos da Resolução Conjunta SF/PGE nº 02, ou a que suceder.

1.2.8. prova de regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre, mediante apresentação de certidão negativa de débitos.

1.2.8.1. No caso do Município de São Paulo, deverá ser apresentada a certidão conjunta de Débitos de Tributos Mobiliários expedida pela Secretaria Municipal da Fazenda do Município de São Paulo. Havendo apontamentos, deverá ser apresentada a Certidão de Débitos de Tributos Mobiliários Inscritos na Dívida Ativa, expedida pelo Departamento Fiscal, da Procuradoria Geral do Município, para provar a suspensão da exigibilidade do crédito tributário.

1.2.8.2. Caso o fornecedor não esteja cadastrado como contribuinte neste Município de São Paulo, deverá apresentar declaração firmada pelo seu representante legal/procurador, sob as penas da lei, do não cadastramento e de que nada deve à Fazenda do Município de São Paulo, relativamente aos tributos relacionados com a prestação licitada, conforme modelo do Anexo IV-A desta Dispensa Eletrônica

1.2.9. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos estaduais/municipais ou distritais relacionados ao objeto, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de certidão ou declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou por meio de outro documento equivalente, na forma da legislação de regência.

1.2.10. Serão aceitas como prova de regularidade, certidões positivas com efeito de negativas e certidões positivas que noticiem em seu corpo que os débitos estão judicialmente garantidos ou com sua exigibilidade suspensa por decisão judicial.

1.3 Habilitação econômico-financeira:

1.3.1. Certidão negativa de pedido de falência, expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor em data não superior a 60 (sessenta) dias da data da abertura da dispensa eletrônica, se outro prazo não constar do documento.

1.3.1.1. No caso de certidão positiva, o fornecedor deverá juntar a Certidão expedida pelo órgão competente, esclarecendo o posicionamento da(s) ação(ões).

1.3.2. Caso o fornecedor esteja em recuperação judicial ou extrajudicial, deverá apresentar a comprovação de que o respectivo plano de recuperação foi acolhido judicialmente, na forma do artigo 58, da Lei n.º 11.101, de 09 de fevereiro de 2005, e certidão emitida pela instância judicial competente demonstrando estar a empresa apta econômica e financeiramente a participar de procedimento licitatório.

1.4 QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:

a) Atestado(s)/certidão(ões) de capacidade técnico-operacional, em nome da licitante, fornecido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado que comprove(m) o fornecimento e instalação anterior pertinente e compatível com o objeto desta licitação, independentemente de quantitativos, com caracterização do bom desempenho da licitante.

a.1) O(s) atestado(s) ou certidão(ões) deverá(ão) ser apresentado(s) em papel timbrado, original ou cópia reprográfica autenticada, assinado(s) por autoridade ou representante de quem o(s) expediu, com a devida identificação, não lhe sendo exigido prazo de validade

1.5 Outros Documentos – Declarações a serem subscritas por quem detenha poderes de representação, sob as penas da Lei – conforme Anexos IV, IV-A(se o caso) e V deste aviso de Dispensa Eletrônica.

1.5.1. As declarações deverão ser elaboradas em papel timbrado e subscritas pelo representante legal/procurador do fornecedor, sendo recomendada a utilização do modelo constante no ANEXO V acima citado, facultando-se a elaboração de declarações individualizadas.

1.5.2. Outras declarações serão feitas diretamente no Sistema, conforme nele disponibilizadas.

2 - Disposições Gerais de habilitação:

2.1. Além do quanto estabelecido na Dispensa Eletrônica em tela, no tocante a habilitação, o fornecedor deve atentar que:

2.1.2. Todos os documentos devem estar com seu prazo de validade em vigor. Se este prazo não constar de cláusula específica deste Aviso de Dispensa Eletrônica, do próprio documento ou de lei específica, será considerado o prazo de validade de 06 (seis) meses, a contar da data de sua expedição.

2.1.2. Todos os documentos expedidos pela empresa deverão estar subscritos por seu representante legal ou procurador, com identificação clara do subscritor.

2.1.3. Todo e qualquer documento apresentado em língua estrangeira deverá estar acompanhado da respectiva tradução para o idioma pátrio, feita por tradutor público juramentado.

2.1.4. Não serão aceitos documentos cujas datas e caracteres estejam ilegíveis ou rasurados de tal forma que não possam ser entendidos.

2.1.5. Os documentos exigidos para habilitação não poderão, em hipótese alguma, ser substituídos por protocolos, que apenas configurem o seu requerimento, não podendo, ainda, ser remetidos posteriormente ao prazo fixado.

DISPENSA ELETRÔNICA - DE Nº 90014/SMC/G/2025

PROCESSO SEI nº PROCESSO N.º 6025.2025/0009713-7

CRITÉRIO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO TOTAL GLOBAL

OBJETO: Aquisição de material bibliográfico novo, nacional, constituído de livros necessários à atualização e complementação do acervo da Biblioteca do Arquivo Histórico Municipal – BAHM.

ANEXO II – PROPOSTA DE PREÇOS

Item	QTDE	VALOR UNITÁRIO
KIT LIVROS CONFORME ANEXO VI	1	
TOTAL		

A empresa
no CNPJ sob nº, inscrita
na....., estabelecida
telefone/fax nº....., e-mail
propõe a fornecer o objeto licitado, nos seguintes preços e condições:

DAS CONDIÇÕES GERAIS:

01. Prazo para entrega:(até 30 trinta) dias úteis, para títulos que se encontrem no Mercado Livreiro Nacional; a contar do recebimento da Nota de Empenho/Contrato pela Contratada.

02. Local de entrega: Os materiais serão entregues em dia de expediente normal da BAHM, localizada na Praça Cel. Fernando Prestes, 152, edifício Torre da Memória (1º andar), São Paulo – Capital, de segunda à quinta-feira, das 10h00 às 17h00.

DECLARAÇÕES:

01. Declara, que nos preços ofertados estão incluídos todos os custos diretos e indiretos e despesas necessários ao cumprimento integral das obrigações decorrentes do fornecimento do objeto, tais como, impostos, taxas, transporte, frete, encargos sociais, trabalhistas, fiscais, garantia, e quaisquer outros necessários ao adequado e perfeito cumprimento integral do objeto do ajuste, de modo que nenhuma outra remuneração seja devida em qualquer hipótese de responsabilidade solidária pelo pagamento de toda e qualquer despesa, direta ou indiretamente relacionada com o fornecimento do objeto, além do valor pactuado.

02. Declara que, por ser de seu conhecimento, atende e se submete a todas as cláusulas e condições do Edital e Anexos da presente Dispensa Eletrônica, bem como às disposições da Lei Federal nº 14.133/2021, Lei Complementar nº 123/2006, com a redação que lhe atribuiu a Lei Complementar 147/2014, Decreto Municipal nº 62.100/2022 e demais normas complementares que disciplinam o certame e que integrarão o ajuste correspondente, no que lhe for pertinente.

03. Declara, sob as penas da lei, que tem condições de fornecer o objeto na quantidade e qualidade estabelecidas no prazo assinalado, independentemente dos demais compromissos porventura existentes, bem como que fornecerá, por ocasião da entrega do objeto, os documentos de acordo com as especificações técnicas (Anexo II), respeitando as condições, prazos de validade, requisitos específicos e normas técnicas/sustentabilidade, enfim todas as especificações.

Validade da proposta:() dias corridos. (não inferior a 60 dias corridos), contados a partir da data de sua apresentação.

DO PAGAMENTO:

O prazo de pagamento será de 30 (trinta) dias, contados da data da entrega da Nota Fiscal ou Nota Fiscal Fatura nos moldes da Portaria SF 170/2020 e a confirmação pela unidade requisitante da execução do serviço.

O pagamento será efetuado **impreterivelmente** por crédito em conta corrente no **BANCO DO BRASIL** nos termos do disposto no Decreto nº 51.197 de 22/01/2010.



Supervisão de Licitação, Compras e Almoxarifado -SLA

Banco:
Agência:
Conta Corrente;

São Paulo, de de 2024.

(assinatura e identificação do representante legal/procurador da licitante)

Nome:

R.G.:

CPF:

Cargo:

DISPENSA ELETRÔNICA - DE Nº 90014/SMC/G/2025

PROCESSO SEI nº PROCESSO N.º 6025.2025/0009713-7

CRITÉRIO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO TOTAL GLOBAL

OBJETO: Aquisição de material bibliográfico novo, nacional, constituído de livros necessários à atualização e complementação do acervo da Biblioteca do Arquivo Histórico Municipal – BAHM.

ANEXO III – Modelos Referenciais – Declarações
(UTILIZAR PAPEL TIMBRADO DA EMPRESA)

A empresa _____ inscrita no CNPJ sob nº _____, por intermédio de seu/sua representante legal, Sr(a). _____, portador(a) da Carteira de Identidade nº _____ e do CPF nº _____, DECLARA, sob as penas da lei que:

1) para fins do disposto no inciso VI do art. 68 da Lei Federal nº 14.133/21, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesesseis anos, salvo, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz

2) que, até a presente data, inexistem fatos impeditivos para a sua habilitação no presente processo licitatório, inclusive condenação judicial na proibição de contratar com o Poder Público ou receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, transitada em julgada ou não desafiada por recurso com efeito suspensivo, por ato de improbidade administrativa, estando ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

3) que não se encontra declarada inidônea, nem suspensa ou impedida de licitar e contratar com a Administração Pública.

4) que observou e atende plenamente aos requisitos previstos aos parágrafos §1º, §2º, §3º do art. 4º da Lei Federal nº 14.133/21 (aplicável a ME/EPP);

5) que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na CF/88, leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas, sob pena de desclassificação.

6) que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social.

7) Não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos II e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da CF/88.

8) Que, em se tratando de microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa, que cumpre os requisitos estabelecidos no art. 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento estabelecido em seus arts. 42 a 49.

(Local do Estabelecimento), de _____ de 2024.

(assinatura e identificação do representante legal/procurador da empresa participante da DE)



DISPENSA ELETRÔNICA - DE Nº 90014/SMC/G/2025

PROCESSO SEI nº PROCESSO N.º 6025.2025/0009713-7

CRITÉRIO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO TOTAL GLOBAL

OBJETO: Aquisição de material bibliográfico novo, nacional, constituído de livros necessários à atualização e complementação do acervo da Biblioteca do Arquivo Histórico Municipal – BAHM

ANEXO IV

MODELO REFERENCIAL DE DECLARAÇÃO DE NÃO CADASTRAMENTO E INEXISTÊNCIA DE DÉBITOS PARA COM A FAZENDA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO.

A empresa _____ inscrita no CNPJ sob nº _____, por intermédio de seu/sua representante legal, Sr(a). _____, portador(a) da Carteira de Identidade nº _____ e do CPF nº _____ Declara, sob as penas da Lei, que não está inscrita no Cadastro de Contribuintes Mobiliários do Município de São Paulo, bem assim que não possui débitos para com a Fazenda deste Município.

(Local do Estabelecimento) , de _____ de 2024.

assinatura e identificação do representante legal/procurador da empresa participante da DE)

**** Deverá ser apresentada somente se a empresa não estiver cadastrada como Contribuinte no Município de São Paulo.**

ANEXO IV-A
MINUTA TERMO DE CONTRATO Nº/SMC-G/2024

DISPENSA ELETRÔNICA:

PROCESSO:

CONTRATANTE: PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO / SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA E ECONOMIA CRIATIVA

CONTRATADA:

OBJETO: AQUISIÇÃO DEDA SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA E ECONOMIA CRIATIVA

VALOR TOTAL:

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

NOTA DE EMPENHO:

Termo de contrato que entre si celebram a **PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO**, por sua **SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA E ECONOMIA CRIATIVA**, sediada na Rua Libero Badaró nº 346/350 – Centro - São Paulo/SP - CEP: 01008-905, inscrita no CNPJ nº 49.269.244/0001-63 neste ato representada pelo Chefe de Gabinete, Senhor, nos termos da competência delegada pela Portaria nº 37/2020–SMC/G, adiante denominada simplesmente **CONTRATANTE**, e a empresa, com sede à Rua, nº –/SP, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas sob nº, neste ato representada pela sua titular Senhora, brasileira, solteira. Empresária, portadora do RG nº SSP/SP e inscrita no CPF, adiante simplesmente designada **CONTRATADA**, nos termos da autorização contida no despacho publicado no DOC em/...../2024, do processo citado na epígrafe, têm entre si, justo e acordado o presente contrato, na conformidade das condições e cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA
DO OBJETO DO CONTRATO

1.1 Aquisição de ..., conforme o edital de Dispensa Eletrônica 900/2025/SMC e seus anexos SEI e a proposta da CONTRATADA, apresentada no SEI, que integram o presente ajuste.

CLÁUSULA SEGUNDA
DOS LOCAIS DE ENTREGA

2.1 A entrega dos objetos deverá ocorrer no Almojarifado Central do Pari, localizado na Rua Pascoal Ranieri 75 – Canindé, São Paulo/SP, de segunda à sexta-feira, das 10 às 16 horas, conforme determinado na SEÇÃO 03. DO PRAZO E CONDIÇÕES DE ENTREGA/RECEBIMENTO, do Termo de Referência do Edital de Dispensa Eletrônica, SEI. 105680452 no Processo nº 6025.2024/0003356-0, que integram o presente ajuste.

CLÁUSULA TERCEIRA
DO PRAZO CONTRATUAL

3.1 Todos os itens que compõem o objeto do Termo de Referência deverão ser entregues no prazo de 60 (sessenta) dias corridos previstos no Termo de Referência, parte integrante do Edital.

3.2 O presente contrato extinguir-se-á, de pleno direito, com o advento do termo final do prazo de vigência ou com o adimplemento das obrigações assumidas pelas partes, o que ocorrer primeiro.

CLÁUSULA QUARTA DO PREÇO, DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E REAJUSTE

4.1 O valor total da presente contratação é de R\$ 318.220,08 (trezentos e dezoito mil, duzentos e vinte reais e oito centavos), correspondente a soma dos itens descritos na proposta apresentada pela CONTRATADA em SEI 107706327, parte integrante deste ajuste.

4.2 Todos os custos e despesas necessários à correta execução do ajuste estão inclusos no preço, inclusive os referentes às despesas trabalhistas, previdenciárias, impostos, taxas, emolumentos, em conformidade com o estatuído no Edital e seus Anexos, constituindo a única remuneração devida pela CONTRATANTE à CONTRATADA.

4.3 Para fazer frente às despesas do Contrato, foi emitida a Notas de Empenho nºs....., no valor total de R\$ (.....), onerando as dotações orçamentárias nº..... do orçamento vigente, respeitado o princípio da anualidade orçamentária, devendo as despesas do exercício subsequente onerar as dotações do orçamento próprio.

4.4 Os preços contratuais não serão reajustados.

4.5 Será aplicada compensação financeira, nos termos da Portaria SF nº 05, de 05 de janeiro de 2012, quando houver atraso no pagamento dos valores devidos, por culpa exclusiva da Contratante, observada a necessidade de se apurar a responsabilidade do servidor que deu causa ao atraso no pagamento, nos termos legais.

4.6 As hipóteses excepcionais ou de revisão de preços serão tratadas de acordo com a legislação vigente e exigirão detida análise econômica para avaliação de eventual desequilíbrio econômico-financeiro do contrato.

4.7 Fica ressalvada a possibilidade de alteração da metodologia de reajuste, atualização ou compensação financeira desde que sobrevenham normas federais e/ou municipais que as autorizem.

CLÁUSULA QUINTA DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

Além das obrigações e responsabilidades previstas na legislação em vigor (federal, estadual e municipal) incidentes direta ou indiretamente ao objeto deste TR, constituem à empresa contratada o que segue:

5.1. Observar rigorosamente as especificações técnicas deste TR, obrigando-se a manter o padrão de qualidade e as especificações técnicas aqui contidas neste Instrumento.

5.2. Efetuar a entrega do objeto contratado no local, prazo e condições de entrega/recebimento previstos neste Instrumento.

5.3. Estar, sob a sua responsabilidade todos os recursos e insumos necessários ao integral e adequado cumprimento do objeto deste Termo, devendo estar incluídas no preço proposto todas as despesas com materiais, insumos, mão de obra, fretes, embalagens, seguros, impostos, taxas, tarifas, encargos sociais e trabalhistas e demais despesas necessárias à perfeita entrega dos

produtos.

5.4. Facilitar, por todos os meios, ao seu alcance, a ampla ação fiscalizadora dos prepostos designados pela Contratante, atendendo prontamente às observações e exigências que lhe forem solicitadas.

5.5. Comunicar à Contratante, toda e qualquer alteração nos dados cadastrais, para Atualização.

5.6. Prestar informações relacionadas, sempre que solicitado e de forma clara e concisa, à contratação que se originará deste presente procedimento licitatório respeitando o prazo máximo de 03 (três) dias úteis após a sua notificação oficial feita pela Contratante.

5.7. Responsabilizar-se por todos os prejuízos, que porventura causar à Contratante, em razão da execução do presente objeto.

5.8. A empresa contratada, não poderá subcontratar, ceder ou transferir o objeto da contratação que será originado do certame licitatório vinculado a este TR, no todo ou em parte, a terceiros, sob pena de rescisão.

5.8.1. Caso os serviços, de assistência e manutenção técnicas sejam, por força de previsão legal ou contratual, de responsabilidade de terceiro, a empresa contratada será solidariamente responsável pelos mesmos, respondendo, assim, por eventuais falhas, defeitos ou danos decorrentes da mencionada prestação de serviços.

5.9. Providenciar e manter atualizadas, todas as licenças e alvarás junto aos órgãos ou empresas competentes, necessários à execução da contratação.

5.10. Executar, quando for o caso, a montagem dos equipamentos, de acordo com as especificações e/ou normas exigidas, utilizando, ferramentas apropriadas e dispondo de infraestrutura e equipe técnica necessária à sua execução.

5.11. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, os materiais em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções, inclusive resultantes do seu transporte, bem como, providenciar a substituição dos mesmos, no prazo máximo de 10 (Dez) dias úteis para todos os equipamentos, contados a partir da expressa notificação emitida pela fiscalização designada e conforme item 4.13, sem qualquer ônus para a Contratante. Para isso dever-se-á sempre considerar, no que couber, o regramento estabelecido pela Lei nº 8.078/1990 e demais dispositivos normativos correlatos, bem como as condições e especificações mínimas exigidas nesta Convenção.

5.12. Oferecer garantia e assistência técnica aos itens que se constituem ao objeto deste TR, através de rede autorizada do fabricante, conforme especificações presentes neste Instrumento.

5.13. Manter, sob sua exclusiva responsabilidade, toda a supervisão, direção e mão de obra para execução completa do objeto deste TR.

5.14 A CONTRATADA não poderá subcontratar, ceder ou transferir o objeto do Contrato, no todo ou em parte, a terceiros, sob pena de rescisão, salvo com autorização expressa da contratante.

CLÁUSULA SEXTA DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

Além das obrigações e responsabilidades previstas na legislação em vigor (federal, estadual e

municipal) incidentes direta ou indiretamente ao objeto deste TR, constituem à CONTRATANTE o que segue:

- 6.1.** Proporcionar todas as condições necessárias, à boa execução previstas neste Instrumento, comunicando inclusive à empresa contratada, por escrito e tempestivamente, qualquer mudança relacionada ao seu objeto.
- 6.2.** Receber, o objeto descrito neste TR no prazo e condições estabelecidas aqui estabelecidas neste Instrumento.
- 6.3** Indicar e formalizar o(s) responsável(is) pela fiscalização do contrato, a quem competirá o acompanhamento do fornecimento, nos termos do Decreto Municipal nº 62.100/22;
- 6.4.** Promover a fiscalização, das condições previstas neste TR, comunicando formalmente à empresa contratada o(s) seu fiscal(is) ou comissão designada para este fim.
- 6.5.** Comunicar, à empresa contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas na execução do presente objeto, indicando as providências necessárias para sua devolução e devida substituição, se for o caso.
- 6.6.** Aplicar as sanções, que couberem às inadimplências da empresa contratada, depois de garantir o seu direito à ampla defesa e contraditório.
- 6.7** Prestar todas as informações e esclarecimentos, que venham a ser solicitado pela empresa contratada, podendo solicitar o seu encaminhamento por escrito;
- 6.8.** Efetuar o pagamento à empresa contratada, no valor correspondente à execução do objeto prescrito neste TR, no prazo e condições por ele estabelecidos.
- 6.9** A fiscalização do fornecimento pela Contratante não exime, nem diminui a completa responsabilidade da Contratada, por qualquer inobservância ou omissão às cláusulas contratuais.
- 6.10** A Contratante poderá, a seu critério e a qualquer tempo, realizar vistoria dos equipamentos e verificar o cumprimento de normas pré-estabelecidas no edital/contrato

CLÁUSULA SÉTIMA DO PAGAMENTO

- 7.1** O prazo de pagamento será de 30 (trinta) dias, contados da data do adimplemento do objeto, mediante o fornecimento do material e a entrega na Unidade Requisitante dos documentos discriminados na cláusula 16.3 do Edital e o atestado de recebimento e aprovação dos produtos pela Prefeitura.
- 7.1.1** O pagamento será efetuado por crédito em conta corrente, no BANCO DO BRASIL S/A, conforme estabelecido no Decreto nº 51.197/2010, publicado no DOC do dia 22 de janeiro de 2010
- 7.2** A Nota Fiscal/Fatura que apresentar incorreções, quando necessário, será devolvida e seu vencimento ocorrerá em até 30 (trinta) dias após a data de sua reapresentação válida.
- 7.3** Caso ocorra a necessidade de providências complementares por parte da Contratada, a fluência do prazo de pagamento será interrompida, reiniciando-se a contagem a partir da data em que estas forem cumpridas.
- 7.4** Antes do pagamento a contratante efetuará consulta ao Cadastro Informativo Municipal –



CADIN MUNICIPAL, por força da Lei Municipal nº 14.094/2005 e Decreto nº 47.096/2006, do qual não poderá constar qualquer pendência.

7.5 Quaisquer pagamentos não isentará a Contratada das responsabilidades contratuais, nem implicará na aceitação do material.

7.6 Os pagamentos obedecerão às Portarias da Secretaria Municipal de Finanças e Desenvolvimento Social (SF) em vigor, ficando ressalvada qualquer alteração quanto às normas referentes ao pagamento dos fornecedores.

CLÁUSULA OITAVA DO CONTRATO E DA EXTINÇÃO

8.1 O presente contrato é regido pelas disposições da Lei Federal nº 14.133/21, demais normas complementares e disposições do Edital, aplicáveis à execução dos contratos e especialmente os casos omissos.

8.2 Dar-se-á a rescisão do contrato em qualquer dos motivos especificados no artigo 137, da Lei Federal nº 14.133/21, independentemente da notificação ou interpelação judicial.

8.2.1 Em caso de rescisão administrativa prevista no artigo 138, inciso I da Lei nº 14.133/21, ficam reconhecidos os direitos da Administração especificados no mesmo diploma legal.

CLÁUSULA NONA DA EXECUÇÃO E RECEBIMENTO DOS PRODUTOS

9.1 A execução dos fornecimentos será feita conforme o Termo de Referência, Anexo I do Edital da licitação que precedeu este ajuste, e dele faz parte integrante para todos os fins.

9.2 A execução dos fornecimentos objeto deste contrato deverá ser atestada pelo responsável pela fiscalização, pela CONTRATANTE, atestado esse que deverá acompanhar os documentos para fins de pagamento conforme Cláusula Sétima.

9.2.1 A fiscalização será exercida de acordo com a legislação vigente.

9.3 O objeto contratual será recebido consoante às disposições da Lei Federal nº 14.133/21 e demais normas municipais pertinentes.

9.4 Havendo inexecução de fornecimento, o valor respectivo será descontado da importância mensal devida à CONTRATADA, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis, observados os trâmites legais e os princípios do contraditório e ampla defesa.

9.4.1 O recebimento e aceite do objeto pela CONTRATANTE não exclui a responsabilidade civil da CONTRATADA por vícios de quantidade ou qualidade dos itens fornecidos, ou disparidades com as especificações estabelecidas no Anexo I, do Edital, verificadas posteriormente.

CLÁUSULA DÉCIMA DAS PENALIDADES

10.1 São aplicáveis as sanções e procedimentos previstos no Título IV, Capítulo I da Lei Federal nº 14.133/21 e Seção XI do Decreto Municipal nº 62.100/21;

10.1.1 As penalidades só deixarão de ser aplicadas nas seguintes hipóteses:

a) comprovação, anexada aos autos, da ocorrência de força maior impeditiva do cumprimento da obrigação; e/ou,

b) manifestação da unidade requisitante, informando que o ocorrido derivou de fatos imputáveis exclusivamente à Administração.

10.2 Ocorrendo recusa da adjudicatária em retirar/receber a nota de empenho/Contrato, dentro do prazo estabelecido no Edital, sem justificativa aceita pela Administração, garantido o direito prévio de citação e da ampla defesa, serão aplicadas:

a) Multa no valor de 20% (vinte por cento) do valor do ajuste se firmado fosse;

b) Pena de impedimento de licitar e contratar pelo prazo de até 3 (três) anos com a Administração Pública, a critério da Prefeitura;

10.2.1 Incidirá nas mesmas penas previstas neste subitem a empresa que estiver impedida de firmar o ajuste pela não apresentação dos documentos necessários para tanto.

10.3 À licitante que ensejar o retardamento da execução do certame, inclusive em razão de comportamento inadequado de seus representantes, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida neste edital, não mantiver a proposta/lance, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal, se microempresa ou pequena empresa não regularizar a documentação fiscal no prazo concedido para este fim, garantido o direito prévio de citação e da ampla defesa, serão aplicadas as penalidades referidas nas alíneas “a” e “b” do subitem 10.2 ou declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, a depender da natureza e gravidade da infração cometida e peculiaridades do caso em concreto.

10.4 As penalidades poderão ainda ser aplicadas em outras hipóteses, nos termos da Lei, garantido o direito prévio de citação e da ampla defesa, sendo que com relação a multas serão aplicadas como segue:

10.4.1 Multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor do ajuste, por inexecução total do objeto.

10.4.2 Multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor da parcela não executada, por inexecução parcial do ajuste.

10.4.3 Multa de 1,0% (um por cento) sobre o valor do material não entregue por dia de atraso, inclusive nas hipóteses de fixação de prazo para substituição ou complementação, limitada a demora até o máximo de 19 (dezenove) dias do prazo fixado, após restará configurada inexecução do ajuste, parcial ou total a depender se o atraso se deu em parte ou no todo.

10.4.4 Multa de 5% (cinco por cento) sobre o valor do material entregue em desacordo com as especificações do edital e do ajuste, sem prejuízo de sua substituição, no prazo estabelecido.

10.4.5 Multa de 2% (dois por cento) sobre o valor do ajuste, por descumprimento de qualquer das obrigações decorrentes do ajuste, não previstas nas demais disposições desta cláusula.

10.4.6 Multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor do contrato, por rescisão do ajuste decorrente de culpa da Contratada.

10.5 As sanções são independentes e a aplicação de uma não exclui a das outras, quando cabíveis.

10.6 Das decisões de aplicação de penalidade, caberá recurso nos termos dos artigos 166 e

167 da Lei Federal nº 14.133/21, observados os prazos nele fixados, que deverá ser dirigido à Supervisão de Licitações, Compras e Almoxarifado, e protocolizado nos dias úteis, das 10:00 às 17H00 horas.

10.6.1 Não serão conhecidos recursos enviados pelo correio, telex, fac-símile, correio eletrônico ou qualquer outro meio de comunicação, se, dentro do prazo previsto em lei, a peça inicial original não tiver sido protocolizada.

10.6.2 Caso a Contratante relevar justificadamente a aplicação da multa ou de qualquer outra penalidade, essa tolerância não poderá ser considerada como modificadora de qualquer condição contratual, permanecendo em pleno vigor todas as condições do Edital.

10.7 Os procedimentos de aplicação das penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar e contratar serão conduzidos por comissão, nos termos do artigo 158, “caput” e § 1º, da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

10.8 São aplicáveis à presente licitação e ao ajuste dela decorrente no que cabível for, inclusive, as sanções penais estabelecidas na Lei Federal nº 14.133/21.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA DA GARANTIA

11.1 Prazo de garantia do produto contra defeitos de fabricação e/ou seu transporte (não inferior a 12 (doze) meses, a contar da data da entrega.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1 Nenhuma tolerância das partes quanto à falta de cumprimento de qualquer das cláusulas deste contrato poderá ser entendida como aceitação, novação ou precedente.

12.2 Todas as comunicações, avisos ou pedidos, sempre por escrito, concernentes ao cumprimento do presente contrato, serão dirigidos aos seguintes endereços:

CONTRATANTE: SMC – COORDENADORIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS – Rua Libero Badaró nº 346/350 – Centro – São Paulo SP – CEP: 01008-905

CONTRATADA:

12.3 Fica ressalvada a possibilidade de alteração das condições contratuais em face da superveniência de normas federais e/ou municipais que as autorizem.

12.4 Fica a CONTRATADA ciente de que a assinatura deste termo de contrato indica que tem pleno conhecimento dos elementos nele constantes, bem como de todas as condições gerais e peculiares de seu objeto, não podendo invocar qualquer desconhecimento quanto aos mesmos, como elemento impeditivo do perfeito cumprimento de seu objeto.

12.5 A Administração reserva-se o direito de executar através de outras contratadas, nos mesmos locais, fornecimentos distintos dos abrangidos na presente contratação.

12.6 A Contratada deverá comunicar à Contratante toda e qualquer alteração nos dados cadastrais, para atualização, sendo sua obrigação manter, durante a vigência do Contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

12.7 Ficam fazendo parte integrante deste instrumento, para todos os efeitos legais, o edital da licitação que deu origem à contratação, com seus Anexos, Proposta da contratada e a Ata da Sessão Pública da Dispensa Eletrônica, constantes do processo administrativo nº 6025.....

12.8 O presente ajuste, o recebimento de seu objeto, suas alterações e rescisão obedecerão a Federal nº 14.133/21 e demais normas pertinentes, aplicáveis à execução do fornecimento e especialmente aos casos omissos.

12.9 Para a execução deste contrato, nenhuma das partes poderá oferecer, dar ou se comprometer a dar a quem quer que seja, ou aceitar ou se comprometer a aceitar de quem quer que seja, tanto por conta própria quanto por intermédio de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou não financeiras ou benefícios de qualquer espécie que constituam prática ilegal ou de corrupção, seja de forma direta ou indireta quanto ao objeto deste contrato, ou de outra forma a ele não relacionada, devendo garantir, ainda, que seus prepostos e colaboradores ajam da mesma forma.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA DO FORO

13.1 Fica eleito o foro desta Comarca para todo e qualquer procedimento judicial oriundo deste Contrato, com expressa renúncia de qualquer outro, por mais especial ou privilegiado que seja ou venha a ser. E para firmeza e validade de tudo quanto ficou estabelecido, lavrou-se o presente termo de contrato, em 02 (duas) vias de igual teor, o qual depois de lido e achado conforme, vai assinado pelas partes contratantes.

São Paulo, 09 de setembro de 2024.

ROGÉRIO CUSTÓDIO DE OLIVEIRA
CHEFE DE GABINETE
SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA E ECONOMIA CRIATIVA

NOME
CARGO
EMPRESA

Testemunhas:

Testemunhas:



DISPENSA ELETRÔNICA - DE Nº 90014/SMC/G/2025

PROCESSO SEI nº PROCESSO N.º 6025.2025/0009713-7

CRITÉRIO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO TOTAL GLOBAL

OBJETO: Aquisição de material bibliográfico novo, nacional, constituído de livros necessários à atualização e complementação do acervo da Biblioteca do Arquivo Histórico Municipal – BAHM

ANEXO V – Termo de Referência

TERMO DE REFERÊNCIA – ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

OBJETO: Contratação de empresa especializada para fornecimento fracionado de material bibliográfico novo, nacional, constituído de livros necessários à atualização e complementação do acervo da Biblioteca do Arquivo Histórico Municipal, conforme Termo de Referência.

Unidade requisitante: Biblioteca do Arquivo Histórico Municipal - BAHM

1. Descrição do serviço:

Contratação de empresa especializada para fornecimento de material bibliográfico novo, nacional, constituído de livros necessários à atualização e complementação do acervo da Biblioteca do Arquivo Histórico Municipal – BAHM.

1.2 A contratada deverá fornecer materiais publicados no Brasil, por qualquer editora presente no mercado nacional e internacional, nas seguintes áreas do conhecimento:

ÁREAS DO CONHECIMENTO	
Ciências Humanas	Filosofia
Ciências Sociais	Fotografia
Comunicação	Geografia
Direito	História
Economia	Religião

1.3. No Anexo I deste Instrumento consta a lista de editoras com itens já selecionados pela Contratante. Outras editoras/fornecedores poderão ser incluídas de acordo com as necessidades da BAHM.

1.3.1 Os títulos e quantidades de livros que se pretende adquirir, bem como a estimativa do seu preço unitário constam [neste link](#)

1.4 Forma de fornecimento

1.4.1 Será entregue 1 (um) lote dentro do prazo máximo, conforme mencionado no item a, contados a partir da data de expedição da lista de encomendas (pedido), para a Biblioteca do Arquivo Histórico Municipal - BAHM.

a) **até 30 (trinta) dias úteis**, para títulos que se encontrem no Mercado Livreiro Nacional;

1.4.2 Os materiais serão entregues em dia de expediente normal da BAHM, localizada na Praça Cel. Fernando Prestes, 152, edifício Torre da Memória (1º andar), São Paulo – Capital, de segunda à quinta-feira, das 10h00 às 17h00.

1.4.3 A empresa contratada deverá comunicar formalmente a Biblioteca do Arquivo Histórico Municipal, por meio do e-mail biblioteca.ahm@prefeitura.sp.gov.br, a data e o horário previsto para a entrega do material solicitado com antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas úteis.

1.4.4 Na impossibilidade de fornecimento de qualquer obra encomendada, a licitante deverá comunicar à BAHM, no ato da entrega dos demais itens da mesma lista encomendada, com justificativa e comprovação escrita da editora (no prelo, esgotado).

a) Ocorrendo a situação prevista no item **1.4.4**, a obra será automaticamente cancelada e excluída da lista de encomendas.

1.4.5 Todo processo de transporte e de entrega do material objeto deste Termo é de exclusiva responsabilidade da Contratada e deverá ser entregue conforme condições descritas por este Instrumento.

1.4.6 Não será aceito material diferente do que aqui se encontra especificado ou ainda que esteja com defeito de fabricação ou avarias. Na ocorrência de pelo menos uma das condições citadas neste subitem, a Contratada deverá recolhê-lo e substituí-lo.

1.4.7 As obras adquiridas deverão estar novas. Para as obras que esta condição não se aplica, essas deverão estar em boas condições de uso e serão passíveis de verificação para aceite.

1.4.8 Todas as unidades solicitadas do material aqui licitado deverão ser entregues embaladas individualmente, de modo a garantir a proteção adequada durante o seu transporte e armazenamento, como também o de não permitir a violação e/ou danos ao produto.

1.4.9 O material deverá ser fornecido com etiquetas, nas quais conste a identificação da Contratada.

2 - Justificativa

A obtenção das obras registradas neste instrumento busca atender as demandas dos usuários da Biblioteca do Arquivo Histórico Municipal, permitindo assim a atualização do acervo. Os materiais bibliográficos indicados para aquisição reforçarão ainda mais a relevância do acervo da BAHM nas pesquisas que tratam da história da cidade São Paulo e da administração pública municipal, além de abarcarem publicações que contemplam diferentes grupos étnicos, minorias, imigrantes, mulheres, pessoas LGBTQIA+ e áreas do conhecimento como história, patrimônio, memória, arquivologia, entre outros.

Diante do exposto, não vemos outro recurso a não ser a aquisição de obras através do processo de licitação, visando ao atendimento a contento dos usuários da Biblioteca, garantindo assim o seu direito de acesso ao conhecimento.

Trata-se, portanto, de uma contratação de extrema relevância e cumpre seu objetivo institucional de atender o interesse público.

3- CONDIÇÕES GERAIS:

Local entrega: Praça Cel. Fernando Prestes, 152, edifício Torre da Memória (1º andar), São Paulo – Capital. CEP: **01124-060**

Dias e Horários de Entrega: De segunda à quinta-feira, das 10h00 às 17h00 horas, exceto feriados.

O objeto da contratação será recebido pela contratante consoante o disposto no artigo 140 da Lei Federal nº 14.133/21 e demais leis municipais pertinentes, observadas as regras estabelecidas no Edital.

Prazo de validade das propostas: 60 (sessenta) dias corridos a contar da data da abertura da sessão.

3.1 DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

3.1.1 A CONTRATADA deverá observar rigorosamente as especificações técnicas deste Instrumento, obrigando-se a substituir o produto rejeitado pela Unidade Requisitante, bem assim todas as disposições deste documento.

3.1.2 A CONTRATADA deverá efetuar a entrega do objeto contratado no local e prazo previstos neste instrumento.

3.1.3 Da nota fiscal, a CONTRATADA fará constar a marca/fabricante do produto e o número do lote correspondente, se o caso.

3.1.4 A CONTRATADA deverá observar todas as normas legais vigentes, obrigando-se a manter as condições de habilitação exigidas no procedimento licitatório que precedeu a celebração do ajuste.

Anexo I - Lista de Editoras/Fornecedores

Editora
Alameda Editorial
Annablume
APGIQ
Appris Editora
Arte Ensaio
Ateliê Editorial
Ática
Autêntica
Autores Associados
Blucher
Boitempo Editorial
Callis
Cobogó
Companhia das Letras
Contracorrente
Cortez
CRV
Dandara
Dialética
Edições Loyola
Edições Sesc
Editora Brasileira
Editora da Unicamp
Editora FGV
Editora Interciência
Editora Manole
Editora Mercado de Letras
Editora Terceiro Nome
Editora UFMG
Editora Unesp
Editora Vozes
EDUFSCAR
EDUSP
FGV
Fósforo Editora
Fundação Perseu Abramo
HUCITEC

Imprensa Oficial
Intermeios
InterSaberes
Letra e Voz
Leya Brasil
Liber Ars
LiteraRUA
Malê
MAM
Minha Editora
Nankin Editorial
NAU Editora
Novas Edições Acadêmicas
Paco Editorial
PONTES
Quartier Latin
Ribalta
Senac São Paulo
Sendas Edições
SESI-SP
Todavia
Três Estrelas
UFABC
UFRJ

Observação: Em havendo qualquer divergência entre as especificações contidas neste Anexo e as constantes no SICAF do Portal de Compras.gov.br, prevalecerão, para todos os efeitos, as deste Anexo.



DISPENSA ELETRÔNICA - DE Nº 90014/SMC/G/2025

PROCESSO SEI nº PROCESSO N.º 6025.2025/0009713-7

CRITÉRIO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO TOTAL GLOBAL

OBJETO: Aquisição de material bibliográfico novo, nacional, constituído de livros necessários à atualização e complementação do acervo da Biblioteca do Arquivo Histórico Municipal – BAHM

ANEXO VI – Relação dos livros

Solicitação de compra de livros 2025						
ID	Qtd. de exemplares	Título	Edição	Autoria	Editora	Assunto/Justificativa
1	1	Mães infames, rebentos venturosos: mulheres e crianças, trabalho e emancipação em São Paulo (século XIX)	1ª edição	Marília Bueno de Araújo Atiza	Alameda Editorial	Nesse livro, tão impecável em sua escrita sensível quanto academicamente irretocável, a historiadora seleciona novas questões para um material antigo ou, então, mais conhecido. De olho na menoridade civil, ela destrói (pre)conceitos arraigados, mas que ainda continuam ecoando no presente, como a tese que apresenta mães negras desnutridas, com seus filhos abandonados, soltos na vagabundagem. Explorando documentos variados, a autora analisa as condições de vida de menores na capital paulistana oitocentista, chegando ao contexto da emancipação e do pós-abolição.
2	1	Crime e Escravidão: Trabalho, Luta e Resistência nas Lavouras Paulistas (1830-1888)	2ª edição	Maria Helena P. T. Machado	EDUSP	Maria Helena Machado detém-se sobre as relações entre senhores e escravos nos municípios paulistas de Campinas e Taubaté, pesquisadas com base nos processos criminais de escravos, no período entre 1830 e a Abolição. Procura, assim, resgatar os comportamentos escravos em sua multiplicidade de formas e configurações históricas ao longo do tempo: enfocados como fato social, produto orgânico da vida cotidiana nas fazendas, determinados crimes recolocam o escravo como agente social e sujeito histórico, segundo a autora. Desgastar a dominação senhorial, onerá-la em sua amplitude e limitá-la através de resistências e confrontos revelar-se-ão como atos consequentes, pois permitiram aos escravos forjar espaços de sobrevivência e vida autônomas.
3	1	Os Arquitetos da Memória: Sociogênese das Práticas de Preservação do Patrimônio Cultural do Brasil 1930 a 1940	2ª edição	Márcia Regina Romeiro Chuva	UFRJ	Obra fundamental para compreender o momento fundador das práticas de preservação no País, quando de sua implantação pelo Governo Getúlio Vargas, com a criação do Sphan em 1937. Este livro aborda, entre outros aspectos, a relação dos intelectuais como Estado, o tombamento como forma de "invenção" do patrimônio e de uma identidade nacional, e a assimilação dos valores do patrimônio como valores comuns ao conjunto da sociedade.
4	1	O Patrimônio em Processo: Trajetória da Política Federal de Preservação no Brasil	4ª edição	Maria Cecília Londres Fonseca	UFRJ	A constituição de patrimônios históricos e artísticos nacionais é uma prática característica dos Estados modernos que através de determinados agentes recrutados entre os intelectuais e com base em instrumentos jurídicos específicos delimitam um conjunto de bens no espaço público. Pelo valor que lhes é atribuído enquanto manifestações culturais e enquanto símbolos da nação esses bens passam a ser merecedoras de proteção visando a sua transmissão para as gerações futuras. Nesse sentido as políticas de preservação se propõem a atuar basicamente no nível simbólico tendo como objetivo reforçar uma identidade coletiva a educação e a formação de cidadãos.
5	1	A Guerra: a ascensão do PCC e o mundo do crime no Brasil	1ª edição	Bruno Paes Manso Camila Nunes Dias	Todavia	Este livro é uma reportagem capaz de fixar a fisionomia do crime no Brasil. Os autores obtiveram relatos inéditos de integrantes das facções e contam essa história sob um ângulo inédito e revelador. Geridas de dentro dos presídios, as facções criminosas se profissionalizaram. Quem assumiu a dianteira desse processo foi o PCC, responsável por um grau inédito de organização nos presídios brasileiros. Criada em 1993, meses após o Massacre do Carandiru, quando 111 presos foram mortos pela polícia, a facção passou a ditar as regras do crime nos presídios de São Paulo, impôs sua influência sobre outros estados e agora se internacionaliza a uma velocidade vertiginosa. Nunca essa realidade foi retratada com linhas tão fortes.
6	1	Entre a Geografia e o Patrimônio: Estudo das Ações de Preservação das Paisagens Paulistas Pelo Condephaat (1969-1989)	1ª edição	Felipe Bueno Crispim	UFABC	Analisando em perspectiva histórica como se constituiu a ideia de uma paisagem passível de preservação no Estado de São Paulo (a qual foi disputada por arquitetos, planejadores, botânicos, geógrafos, ecólogos, arqueólogos etc.), o autor mostra como paralelamente à emergência de um discurso sobre a "perda vegetal", surgiram argumentações muito refinadas sobre a temática da paisagem. Nesta obra, então, Felipe Crispim analisa, a partir da ação do Condephaat os impasses pelo lugar da paisagem e da Geografia naquela instituição e, consequentemente, no Estado de São Paulo. Felipe Bueno Crispim ainda incorporou o outro lado do "balcão" da atividade preservacionista: as repercussões deste assunto na sociedade. Explorando matérias de jornal, ele mostra as polêmicas e os silêncios da imprensa sobre a temática, a qual, curiosamente, também só agora começa a ser vista pelos olhos do historiador do patrimônio. E, nesta visada histórica, este livro se torna uma das lupas principais, capaz de inspirar estudos análogos e fomentar o aparecimento de cuidadores da paisagem em nossa sociedade.
7	1	Evolução da Sociedade e Economia Escravista de São Paulo de 1750 a 1850	1ª edição	Francisco Vidal Luna Herbert S. Klein	EDUSP	Este livro procura sintetizar os aspectos econômicos, sociais e demográficos das sub-regiões da província de São Paulo no período mencionado. Acerta o desafio da pioneira dos estudos econômicos seriais sobre a região de Piratininga, Alice Canabrava, que designou suas pesquisas na década de 1970 como "quantificação da miséria". E, para marcar a pobreza a que foi sujeita a capitania de São Vicente, analisa-a após os descobertos auriíferos nas Minas Gerais. Estão também implicitamente contempladas as questões do início do século passado, quando Capistrano de Abreu cobrava de seu discípulo Paulo Prado os motivos históricos da pujança paulista a partir da tão pronunciada decadência pós-cido bandeirante/monopoleiro. Este trabalho dá conta e continuidade da tarefa que ocupou os grandes historiadores paulistas que se saíram cada vez melhor, mas que permaneceram quase sempre nos limites das sub-regiões, municípios, ou então tiveram-se apenas a um produto ou uma atividade, deixando de realizar a compreensão da totalidade das atividades produtivas.
8	1	A Formação das Sujetas e dos Sujeitos Periféricos	1ª edição	Tiaraju Pablo D'Andrea	Dandara	Escrito por um morador da periferia imerso em experiências coletivas, o livro apresenta como a organização política por meio da arte e da cultura nas periferias foi uma das maneiras como a classe trabalhadora se formou e resistiu aos ataques do neoliberalismo da década de 1990 até hoje. A obra ressalta a importância dos Racionais MC's e de diversos coletivos culturais para a produção de intelectuais das periferias que formulam uma nova compreensão sobre as quebradas, propondo uma outra cidade e uma nova sociedade a partir das lutas antirracista, antipatriarcal e anticapitalista.

9	1	Vozes à margem: Periferias, estética e política	1ª edição	Giordano Barbin Bertelli	EDUFSCAR	Vozes à margem, organizado por Giordano Barbin Bertelli, é o segundo volume da Coleção Marginalia de Estudos Urbanos, coordenada por Gabriel de Santa Feltran. A coletânea reúne artigos de diversos pesquisadores dedicados à produção cultural das periferias urbanas brasileiras e apresenta ao público a abordagem do tema da(s) linguagem(ns) e da(s) estética(s) produzida(s)/consumida(s) por grupos marginalizados no cenário urbano contemporâneo. Trata-se de enfatizar expressões linguísticas, artístico-culturais e estéticas presentes na sociabilidade destes grupos e de atentar para seus múltiplos significados políticos.
10	1	Penus dos Operários na Construção de São Paulo, 1925-1945	1ª edição	Marcelo Antonio Chaves	Paco Editorial	Ao observar de perto os trabalhadores das pedreiras e da fábrica de cimento de perus, o autor ilumina aspectos pouco compreendidos da industrialização brasileira no começo do século xx; por meio de uma vasta pesquisa nos documentos disponíveis, especialmente os sindicais, e no uso hábil de entrevistas, Marcelo reconstrói para o leitor o mundo desaparecido do trabalho e da vida deste grupo na periferia de São Paulo, cuja indústria teve um papel significativo no enorme crescimento da cidade; em suma, um livro pioneiro, escrito com grande sensibilidade e um dos poucos estudos disponíveis sobre trabalhadores em São Paulo no período, abrindo para o leitor a possibilidade de compreender o que queria dizer viver e trabalhar na periferia da capital paulista no início da industrialização.
11	1	Operários sem Patrões: os Trabalhadores da Cidade de Santos no Entreguerras	1ª edição	Fernando Teixeira da Silva	Editora da Unicamp	O livro focaliza as lutas dos trabalhadores do porto de Santos no período entre as duas Guerras Mundiais. A análise dos dois elementos centrais da interpretação - a noção de "operários sem patrões" e o complexo de práticas e valores englobados no conceito de valentia - permite uma nova compreensão das bases sociais das diversas estratégias sindicais encontradas em Santos e das suas mudanças no decorrer do período.
12	1	Liberdade por um fio: História dos quilombos no Brasil	1ª edição	João José Reis	Companhia das Letras	Palmares é o quilombo mais conhecido, mas vários outros existiram, espalhados pelo Brasil. Os quilombos ocuparam sertões e florestas. Atacaram cidades, vilas, garimpos, engenhos e fazendas. Criaram economias próprias, muitas vezes prósperas. Envolveram-se com movimentos políticos de outros setores sociais e desenvolveram seus próprios movimentos. Aproveitaram-se de conjunturas políticas nacionais, regionais e internacionais para fazer avançar seus interesses e projetos de liberdade. É essa história de busca de liberdade, repleta de cidades, conflitos e compromissos, que os artigos deste livro vão desvendando, à medida que se debruçam sobre o panorama complexo da escravidão e da resistência negra.
13	1	Centros de memória: Uma proposta de definição	1ª edição	Ana Maria Camargo Silvana Goulart	Edições Sesc	Este livro enfoca tal processo no que tange as instituições, a partir de uma reflexão sobre os meios e as finalidades para que organizações públicas e privadas de diversos segmentos reúnam arquivos e experiências pessoais e coletivas de seus membros. As historiadoras Ana Maria Camargo e Silvana Goulart propõem maneiras para que esses acervos se integrem ao funcionamento geral de todos os setores e, ao mesmo tempo, prezem pela identidade e pelos valores originais de sua matriz.
14	1	Camaval em Branco e Negro	1ª edição	Olga R. de Moraes von Simson	EDUSP	Resultado de um estudo denso e detalhado, este livro apresenta um panorama do Carnaval na cidade de São Paulo entre 1914 e 1988, apontando questões importantes desde seu surgimento até os dias de hoje. Por meio de fotos e depoimentos, a autora recupera lembranças da folia nos bairros paulistanos, que girava em torno da unidade familiar e dos grupos de vizinhança, e aborda a questão da segregação racial, que separava a comemoração em dois tipos: o carnaval dos brancos, de tipo veneziano, considerado legítimo; e o carnaval dos negros, de formas populares. Somente na década de 1930, com o processo de reorganização da cultura popular liderado pelo governo, esse carnaval dos negros deixa de ser reprimido, modificando-se progressivamente até dar origem às atuais escolas de samba. É uma interessante reflexão sobre o carnaval brasileiro e a construção dos símbolos de brasilidade ao longo da história.
15	1	Os carnavais de rua e dos clubes na cidade de São Paulo	1ª edição	Zélia Lopes da Silva	Editora Unesp	Este livro apresenta uma análise do carnaval de rua e de clubes das décadas de 1920 e 1930, procurando trazer para o leitor as motivações que mobilizaram homens e mulheres em torno dos festejos e, também, prescrever os significados por eles atribuídos às diversas brincadeiras em que estiveram envolvidos, redefinindo esses festejos, quando eles não mais correspondiam aos seus interesses.
16	1	São Paulo nas alturas: A revolução modernista da arquitetura e do mercado imobiliário nos anos 1950 e 1960	1ª edição	Raul Juste Lores	Companhia das Letras	Expõe as transformações arquitetônicas que tomaram a cidade de São Paulo entre os anos 1950 e 1960, uma combinação particular permitiu que a cidade de São Paulo fosse palco de uma revolução até então inédita em sua história — a união de arquitetos criativos, empreendedores ambiciosos e a disponibilidade de capital financeiro possibilitou as condições necessárias para que obras icônicas saíram das pranchetas e ganhassem as ruas da Paulicéia, modificando seu cenário arquitetônico.
17	1	História do São Paulo F. C. - Anos 1970	1ª edição	Cássio Augusto Guilherme	Paco Editorial	Os anos 1970 significaram para a História do São Paulo Futebol Clube a consolidação no cenário nacional do futebol brasileiro. O livro trata em detalhes de toda esta história do SPFC nos anos 1970: o dia a dia da disputa das Libertadores; as campanhas nos estaduais e nacionais; o lance a lance de algumas partidas; as polêmicas envolvendo jogadores, comissão técnica, torcedores e diretores do clube; frases de todos eles; informações políticas e financeiras; as contratações e seus valores; análise tática; as avaliações da imprensa; os motivos para as vitórias e derrotas; a vida dos jogadores fora de campo; as características dos jogadores destaques da década; fichas de todas as partidas oficiais; a carreira de todos os jogadores; estatísticas ano a ano e fotos de alguns álbuns raros.
18	1	História do São Paulo F.C.: A Máquina Tricolor (1980-1984)	1ª edição	Cássio Augusto Guilherme	Paco Editorial	O livro é a continuação do "História do São Paulo F.C., anos 1970", publicado por esta mesma editora. Mais uma vez, o leitor encontrará de tudo sobre o SPFC entre 1980-84: a política do clube; as contratações, especulações e seus valores; o dia a dia dos campeonatos; os detalhes sobre as finais e partidas decisivas; as fichas dos jogos e dos jogadores; análise tática; as polêmicas; as repercussões na torcida e na imprensa; os motivos para as vitórias e também para as derrotas; a vida dos jogadores; o que dirigentes e atletas falaram aos microfones etc. Tudo isso com uma escrita leve, didática e informal, trabalho de anos de pesquisa criteriosa em diversas fontes. Os torcedores mais experientes reviverão suas boas memórias. Os torcedores mais jovens terão a experiência de conhecer em detalhes o dia a dia do São Paulo Futebol Clube entre 1980-84.
19	1	Crônicas de São Paulo, um olhar indígena	1ª edição	Daniel Munduruku	Callis	Para escrever essas crônicas, Daniel Munduruku caminhou por São Paulo com um olhar atento. Mais do que encontrar nomes indígenas, seu objetivo era procurar significados, interpretar os lugares e conseguir olhar para a cidade de um novo jeito. Escrito em primeira pessoa, o livro traz as impressões do autor de endereços como Tatuapé, Anhangabaú, Butantã, entre outros. O livro nos mostra um pouco mais sobre a nossa cultura e sobre a influência dos povos indígenas originários no nosso dia a dia. Daniel Munduruku consegue, com um texto leve e repleto de curiosidades, prender a atenção do jovem leitor e despertar o interesse sobre a história dos locais onde vivem.
20	1	Povos indígenas em São Paulo: Novos Olhares	1ª edição	Amanda Cristina Danaga Edmundo Antonio Peggion	EDUFSCAR	Esta obra reúne artigos de diversos pesquisadores que se dedicam aos estudos dos povos indígenas no estado de São Paulo. Os artigos trazem reflexões que tentam articular os estudos etnográficos com o debate acadêmico atual e ao mesmo tempo mostrar como os povos que habitam São Paulo resistiram e ainda resistem na defesa de seus direitos e de seus modos de vida. São textos que carregam relatos de experiências recentes e de modos de organização e luta pela terra. A tentativa é mostrar que os povos indígenas no estado são atuais, vivem na contemporaneidade e podem contribuir com nosso presente, mostrando que há certos valores e perspectivas que resistem a todo tipo de pressão.
						Dialogando com diversas vertentes da historiografia nacional e internacional, este livro mostra a importância de fatores políticos que, somados às dificuldades de ordem técnico-econômica, são fortes, além de novas evidências que ajudam a esclarecer porque em meados do século

21	1	Estado e Capital Ferroviário em São Paulo: a Companhia Paulista de Estado de Ferro Entre 1930 e 1961	1ª edição	Guilherme Grandi	Alameda Editorial	XX as ferrovias perderam sua hegemonia no transporte de longas distâncias diante da expansão de carros, ônibus e caminhões. Partindo da análise sobre o início do estabelecimento da infraestrutura de transporte terrestre de São Paulo durante o período colonial, o autor avança na cronologia histórica ao discutir a origem e a implantação da Companhia Paulista, a política e a legislação ferroviária, os Planos Nacionais de Viação e os diversos conflitos de interesse envolvendo o estado brasileiro, em comparação às outras ferrovias brasileiras, e as causas que a levam à estatização em 1961.
22	1	Imagens da hotelaria na cidade de São Paulo : Panorama dos estabelecimentos até os anos 1980: Panorama dos Estabelecimentos Até os Anos 1980	1ª edição	Sandra Trabucco Valenzuela	Senac São Paulo	Imagens da Hotelaria na Cidade de São Paulo panorama dos estabelecimentos até os anos 1980 e evolução dos serviços de hospedagem é estudada por meio de crônicas de viajantes, cartões postais, reportagens, fotografias, etiquetas de bagagem e anúncios, acompanhados de necessária contextualização, o que permite ao leitor conhecer não apenas o processo de instalação e desenvolvimento dessas atividades, mas também as profundas mudanças que a própria cidade sofreu ao longo de mais de quatrocentos anos.
23	1	A São Paulo de Menotti del Picchia: Arquitetura, Arte e Cidade nas Crônicas de um Modernista	1ª edição	Ana Claudia Veiga de Castro	Alameda Editorial	As transformações que aconteceram em São Paulo nos anos 1920 foram retratadas nas crônicas de um importante jornal paulista e escritas por uma figura característica e singular do período, o escritor Menotti del Picchia. Suas crônicas estavam presentes diariamente no Correio Paulistano, um dos mais lidos da época. É esta personalidade que a arquiteta e pesquisadora Ana Veiga de Castro usa como vertente de seus estudos. A partir do ponto de vista de Menotti, o autor busca compor um panorama dos diversos mundos, de uma São Paulo começa a tornar-se metrópole. Este trabalho está inserido em um campo multidisciplinar de pesquisa sobre o modernismo e a modernização brasileira, que engloba arquitetura, arte, literatura e história.
24	1	São Paulo antes & depois	1ª edição	Roberta Paixão e Raquel Oguri	Arte Ensaio	Esse livro faz uma viagem ao passado, mostrando como os principais cartões postais, avenidas e bairros paulistanos eram há vários anos, e mostra o status atual desses mesmos lugares. Os textos que acompanham as fotografias, assinados por Roberta Paixão e Raquel Oguri, discorrem sobre as mudanças e revelam como a cidade se modificou, cresceu e se reinventou ao longo do tempo.
25	1	São Paulo no Império dos Felipes. Conexões na América Meridional. 1580-1640	1ª edição	José Carlos Viardaga	Intemeios	O objetivo deste trabalho é compreender como uma pequena vila da América portuguesa São Paulo foi integrada ao grande império dos Felipes durante o período da União das coroas ibéricas (1580-1640). Neste sentido, pretende-se analisar tanto os impactos diretos da realidade política peninsular, quanto os eventuais processos de cunho local e regional dinamizados pela nova situação imposta pela soberania hispânica sobre Portugal e suas colônias. Procurou-se analisar a vila paulista em suas conexões re-gionais e seus laços com outras áreas, retirando dela o mito do isolamento renitente. De fato, no contexto específico que analisamos esta possibilidade se incrementou com os diálogos estabelecidos dentro dos dois espaços imperiais reunidos o luso e o castelhano. Assim, esperamos que esta pesquisa coloque em pauta não apenas a perspectiva da centralização imperial, como também das conexões propiciadas pelo império, trazendo para o debate as relações horizontais estabelecidas entre regiões e elites locais, a partir de redes familiares, comerciais e políticas.
26	1	Imigração italiana em São Paulo (1880-1889, 1902-1914)	1ª edição	Lucy Maffei Hutter	HUCITEC	O livro proporciona ao leitor uma visão mais ampla do movimento imigratório, pois abrange o período entre os anos 80 do século XIX e os anos 14 do século XX. Analisa-se aqui a imigração italiana visando mormente a vinda e o assentamento inicial desses estrangeiros provenientes da Península Itálica, bem como sua adaptação ou não no estado de São Paulo. Sendo a imigração de enorme complexidade sobretudo social e econômica foram analisados alguns aspectos da imigração italiana como as dificuldades enfrentadas pelos emigrantes que da Itália se encaminharam para o Brasil nas fazendas de café e nos núcleos coloniais. São vistas, também, outras questões que constamaram tanto os italianos como os imigrantes das demais nacionalidades: saúde, escolaridade e repatriação. A imigração no Brasil foi um fato relevante, não só porque serviu de sustentáculo à lavoura cafeeira em São Paulo, desde a segunda metade do século XX, como por ter sido base da colonização e da formação da população do Sudeste e Sul do Brasil.
27	1	Imigrantes Judeus do Oriente Médio: São Paulo e Rio de Janeiro	1ª edição	Rachel Mizrahi	Ateliê Editorial	Os judeus que vieram do Oriente Médio e se estabeleceram em São Paulo e no Rio de Janeiro compõem um grupo bastante heterogêneo. A autora mostra, neste livro, a multiplicidade de trajetórias e as estratégias de sobrevivência. Ela parte tanto de depoimentos orais quanto de vasta documentação (jornais, atas, estatutos de sinagogas e sociedades beneficentes etc.). Fotos, tabelas, gráficos e mapas ilustram o estudo, que vem acompanhado de um CD com o esboço genealógico das famílias de imigrantes. Contém CD encartado
28	1	Sobrados e barões da velha São Paulo	1ª edição	Mario Jorge Pires	Editora Manole	A curiosidade pelos casarões de bairros como Campos Eliseos, Higienópolis e Avenida Paulista foi o ponto de partida deste livro. O interesse por suas construções levou o autor a pesquisar quem eram seus antigos moradores, que deixaram reflexos em suas casas seu poder e que transformaram a cidade na metrópole do café. Assim, este livro relata a trajetória desta elite na ocupação da capital, os principais troncos familiares notadamente reconhecidos pela atividade da cultura cafeeira, em que lugar da cidade residiam e como eram suas casas. Não se trata de um trabalho específico sobre arquitetura, tampouco sobre história, mas, sim, de uma pesquisa sobre a origem dos bairros dos barões do café e o desenvolvimento da cidade de São Paulo, destinado tanto ao especialista quanto ao leitor que deseja saber mais a respeito do passado desta grande e apaixonante cidade.
29	1	O Sabor do Arquivo	1ª edição	Ariette Farge	EDUSP	O livro é escrito a partir da experiência da autora no campo do trabalho com documentos policiais do século XVIII na França. Escrita do ponto de vista de uma historiadora tomada da paixão por arquivos, a narrativa descreve o mundo das bibliotecas em tom muitas vezes pessoal e irônico, convidando o leitor a participar do prazer de frequentar esses espaços. O arquivo petrifica momentos ao acaso e na desordem, despertando naquele que o lê um efeito de certeza. A palavra dita, o objeto encontrado, o vestígio deixado tornam-se representações do real. Mas o historiador não é um fabulista redigindo fábulas, e impõe-se a reflexão. O trabalho com o arquivo constitui, assim, um jogo de aproximações e oposições entre o acidental e o singular, o único e o coletivo, o sentido e a verdade, as formas de expressão popular e a linguagem do historiador.
30	1	História digital: A historiografia diante dos recursos e demandas de um novo tempo	1ª edição	José D'Assunção Barros	Editora Vozes	Este livro discute as relações possíveis entre a História e a Sociedade Digital. Através de uma revolução digital que ocorreu há algumas décadas e que mostra a sua continuidade através de uma sempre acelerada renovação tecnológica. Abordando temáticas relacionadas a interação da História, seja esta compreendida como o próprio fluxo de processos e acontecimentos, seja esta a História elaborada pelos historiadores, os novos desafios dos historiadores que vivem na sociedade digital e que precisam interagir com ela, valendo-se dos novos dispositivos e produzindo pesquisas históricas que serão lidas ou apreendidas audiovisualmente por vários tipos de públicos, as novas tarefas sociais para os historiadores que convivem com esta sociedade que é ao mesmo tempo de informação e desinformação, as novas fontes e objetos históricos oferecidos pelo ciberespaço e pelas diversas redes sociais, ou com os novos meios de expressão proporcionados por plataformas como a do YouTube.
31	1	Histórias das Ferrovias do Brasil: Ferrovias Paulistas	1ª edição	José Manoel Ferreira Gonçalves	Sendas Edições	Em sua nova obra, História das ferrovias paulistas, segunda de uma série de dez denominada História das Ferrovias no Brasil, José Manoel Ferreira Gonçalves traça a memória da construção de linhas férreas no estado de São Paulo. Sem se lançar à tradicional melancolia nostálgica, antes o contrário, o autor desenvolve uma linha de raciocínio bastante precisa e chega, inclusive, a propor soluções em meio à hiperbole do sistema rodoviário no país.

32	1	A formação dos patrimônios religiosos no processo de expansão urbana paulista (1850-1900)	1ª edição	Nilson Ghirardello	Editora Unesp	O livro mostra a cidade de São Paulo no cenário do avanço da lavoura do café, tocada por força de trabalho migrante, que propiciou a abertura de centenas de patrimônios religiosos, futuras cidades, num primeiro momento adiante das plantações, e logo após, tendo as lavouras ao seu redor, em áreas de terras devolutas, consideradas nos mapas oficiais como "terrenos despovoados". O termo patrimônio religioso, ou mais comumente, "patrimônio", foi bastante usual até meados do século XX, para designar povoados cujas origens vieram de terras alforçadas pela Igreja Católica. De certa forma, a denominação tornou-se sinônimo de povoado, vila ou pequeno aglomerado urbano, ao menos até que o mesmo fosse elevado à sede de município, quando a designação "cidade" seria usualmente empregada.
33	1	Imigração e Revolução: Lituanos, Poloneses e Russos sob Vigilância do Deops	1ª edição	Erick Reis Godiauskas Zen	EDUSP	Fundamentado em documentação inédita do arquivo do Deops-SP, este livro analisa um grupo pouco estudado de imigrantes que estiveram sob a vigilância da Polícia Política de São Paulo entre 1924 e 1950. Tratados como indesejáveis, foram perseguidos, presos e até mesmo expulsos, por não corresponderem ao ideal do Estado brasileiro. A proibição de falar o idioma de origem em público, o fechamento de escolas e de associações culturais, o confisco de documentos pessoais, a prisão e a expulsão serviram como medidas para inibir as propostas revolucionárias e garantir o controle social. Seguindo o rastro dos agentes do Deops, o rigoroso trabalho de pesquisa realizado pelo autor traz à luz as vivências e visões desse grupo de imigrantes que, apesar das diversidades históricas e culturais, foram identificados genericamente como originários do Leste europeu e, por isso, suspeitos de ter uma natural vocação revolucionária.
34	1	Anarquismo E Sindicalismo Revolucionario. Trabalhadores E Militantes Em São Paulo Na Primeira Republica	1ª edição	Edilene Toledo	Fundação Perseu Abramo	A experiência política de trabalhadores e militantes em São Paulo na Primeira República (1889-1930) é apresentada neste livro por meio da trajetória de um de seus principais personagens, o imigrante italiano Giulio Sorelli. Com aporte documental e com um texto ágil e cativante -, Edilene Toledo lança um novo olhar sobre este período da história brasileira, abrindo um debate sobre o papel do sindicalismo revolucionário e do anarquismo no país.
35	1	Travessias revolucionárias: Ideias e militantes sindicalistas em São Paulo e na Itália (1890 - 1945)	1ª edição	Edilene Toledo	Editora da Unicamp	Este livro conta a vida de três militantes sindicalistas revolucionários – De Ambris, Sorelli e Rossoni – que atuaram intensamente na Itália, no Brasil e em outros países, entre o fim do século XIX e o fascismo. Percorrendo essas vidas, com sua grande mobilidade geográfica e ideológica, procura definir o sindicalismo revolucionário, bem como sua relação com outras correntes políticas, como o socialismo, o anarquismo e o fascismo.
36	1	Alimentação, Vida Material e Privacidade: uma História Social de Trabalhadores em São Paulo nas Décadas de 1920 a 1960	1ª edição	Jaime Rodrigues	Alameda Editorial	Uma história social de trabalhadores em São Paulo nas décadas de 1920 a 1960. Na primeira metade do século XX, a casa, a escola e a fábrica eram os lugares sociais do consumo alimentar em larga escala em São Paulo. Técnicos e cientistas esquadinhavam esses lugares a partir de métodos designados, naquela época e ainda hoje, de inquéritos alimentares, algumas vezes embutidos em estudos mais amplos: as pesquisas de padrão de vida. Este livro, escrito pelo historiador Jaime Rodrigues recupera esses inquéritos para analisar os primeiros passos no controle e pesquisa da alimentação popular na cidade.
37	1	São Paulo na disputa pelo passado: O Monumento à Independência de Ettore Ximenes	1ª edição	Micheli Cristine Scapol Monteiro	Edições Sesc	Análisa o processo de estabelecimento do Monumento à Independência como "lugar de memória" da emancipação política brasileira. Criado no contexto das comemorações do centenário da Independência, o monumento tornou-se elemento central dos festejos paulistas e revelou-se como um projeto de afirmação da cidade de São Paulo como centro simbólico do país, num embate evidente com a cidade do Rio de Janeiro na criação de uma história oficial brasileira. A trajetória dessa obra é reconstituída, desde as primeiras intenções de edificação de um monumento no Ipiranga, ocorridas no período imperial brasileiro, até a inauguração do que ali se fez, em 1923.
38	1	São Paulo - Segregação, pobreza e desigualdades sociais	1ª edição	Eduardo Marques Haroldo Torres	Senac São Paulo	Esse livro dimensiona a pobreza paulistana pelo viés da localização dos grupos sociais, com análises que mostram a segregação como agravante das condições de vida de uma enorme população. Exemplar como é esse quadro da maior cidade do país, as lições que encerra claramente a ultrapassam e adquirem alcance nacional.
39	1	Libertas Entre Sobrados: Mulheres Negras e Trabalho Doméstico em São Paulo (1880-1920)	1ª edição	Lorena Féres da Silva Telles	Alameda Editorial	Eis uma fotografia instantânea de uma população numerosa: centenas de vultos de mulheres pobres, negras, desfilam ante os olhos do leitor, mostrando a passagem maciça da escravidão para outra condição servil, a de doméstica nos fins do século XIX. Quadro que ainda nos é parcialmente familiar. Dizia um brasileiro europeu: "Não dá para entender o Brasil sem considerar uma figura que lhe é peculiar: a empregada doméstica". O período escolhido por Lorena Féres da Silva Telles presta-se como nenhum outro a uma leitura ideológica, uma leitura que leva em conta a manifestação da mentalidade da classe dominante e da classe subalterna. Lidando com contratos de trabalho e com a crônica policial, a historiadora faz vir à tona vários aspectos relevantes do cotidiano popular de São Paulo daquele fim de século XIX e começo do século XX. Conforme os registros policiais, a extrema miséria nas mulheres sempre se confundiu com vagabundagem e prostituição. Isso agravado pelo preconceito de cor.
40	1	Autoridade e Conflito no Brasil Colonial: o Governo do Morgado de Mateus em São Paulo (1765-1775)	2ª edição	Helolisa Liberali Bellotto Vera Lúcia Amaral Ferlini	Alameda Editorial	Autoridade e conflito no Brasil colonial enfoca o período em que, após 17 anos sob jurisdição do Rio de Janeiro (1748-1765), o governo da capitania de São Paulo, restaurado pelo Morgado de Mateus, incrementou a agricultura e atuou para a efetiva conquista e defesa dos territórios meridionais. Mas Morgado de Mateus também entrou em conflito com as autoridades metropolitanas e coloniais quanto à estratégia militar em relação aos espanhóis no Sul do país. Discordando da simples ação no extremo Sul, implementou a ocupação e fortificação a Oeste, com o estabelecimento da praça militar do Igatemi, no atual estado do Mato Grosso do Sul.
41	1	Museus e Lugares de Memória	1ª edição	Ana Heloisa Molina	Paco Editorial	Essa coletânea se propõe a refletir acerca dos lugares da memória dispersos nos fragmentos da cultura material e imaterial presentes na sociedade, problematizados em textos escritos por pesquisadores-professores oriundos de diversas áreas do conhecimento. Assim, o rol elencado neste livro trata de temas como: a arqueologia pública, museus de arte, ecomuseus e museus sem acervo, museus dos povos indígenas, memória afro, inserção de temáticas de museus no currículo de formação de professores, os griots do sertão baiano do distrito de maria quitéria, as louças do museu histórico de londrina, o museu casa do sertão, as fotografias escolares como lugares de memória e ainda a história indígena em manuais didáticos.
42	1	São Paulo: O planejamento da desigualdade	1ª edição	Raquel Rolnik Enricida (Prefácio)	Fósforo Editora	Nesta versão atualizada e ampliada de um pequeno clássico do urbanismo brasileiro, a professora e urbanista Raquel Rolnik apresenta os conflitos, temas e opoões políticas que definiram o destino da cidade desde sua fundação, incluindo episódios importantes de nosso passado recente, como a pandemia da Covid-19, a greve dos entregadores de aplicativos de 2020 e o incêndio da estátua do Borba Gato, um ano depois. Organizado em ordem cronológica e enriquecido com mapas e uma lista de todos os prefeitos da cidade, o livro foca momentos-chave da transformação urbana e a gênese dos problemas da metrópole. De forma acessível, Rolnik alia a complexidade do pensamento crítico à linguagem direta e simples de uma acadêmica que soube ultrapassar os limites da universidade para dividir sua pesquisa com a cidade que estuda e com o mundo. É o que confirma o prefácio à nova edição, assinado pelo rapper Enricida.
						O diário da catadora de papel Carolina Maria de Jesus deu origem à este livro, que relata o

43	1	Quarto de despejo - Diário de uma favelada	10ª edição	Carolina Maria de Jesus	Atica	cotidiano triste e cruel da vida na favela. A linguagem simples, mas contundente, comove o leitor pelo realismo e pelo olhar sensível na hora de contar o que viu, viveu e sentiu nos anos em que morou na comunidade do Canindé, em São Paulo, com três filhos.
44	1	Futebol de várzea em São Paulo: a Associação Atlética Anhanguera (1928-1940)	1ª edição	Diana Mendes Machado da Silva	Alameda Editorial	A escrita envolvente, aliada à acuidade de uma análise instigante, firmemente alicerçada em uma vasta e inédita documentação, transporta o leitor e a leitora para a São Paulo dos anos vinte em cujas artérias vemos circular caminhões com bandeiras, flâmulas e hinos dos times de várzea, a caminho de um amistoso, de um festival ou de uma encenação. Nas páginas do livro a cidade ganha um colorido especial, o bairro assume um contorno singular, a experiência exibe uma lição por vezes esquecida: a da vivência de um encontro que começa muito antes da partida e se prolonga para além do tempo regulamentar, nas mesas de bar, nos jogos de carta, na vida boêmia, momentos de partilha que se sobrepõem aos acasos do prélio, aos caprichos da bola. A obra de Diana Mendes Machado da Silva oferece-nos a rara oportunidade de adentrar uma paisagem social ainda pouco explorada pela historiografia, mas crucial para desvendar o amplo leque de possibilidades do jogar bola.
45	1	A Persistência do Passado: Patrimônio e Memoriais da Ditadura em São Paulo e Buenos Aires	1ª edição	Deborah R. L. Neves	Alameda Editorial	O livro apresenta pesquisa instigante e corajosa, trata de memórias coletivamente dolorosas. Ocupa-se de duas ditaduras civis-militares, enfocando em Buenos Aires e São Paulo processos de patrimonialização pública dos antigos edifícios da ESMA e do DEOPS, respectivamente. Um, criado para ensino profissionalizante de mecânica para jovens com aspiração militar, torna-se centro de repressão e detenção clandestino; posteriormente, monumento nacional contra o período de exceção; outro, armazém de companhias de trem convertido em prisão política em dois períodos de abuso e ilegalidade; ressignificado, através da luta social, como Memorial da Resistência dos que enfrentaram a ditadura.
46	1	Casa de alvenaria – Volume 1: Osasco	1ª edição	Carolina Maria de Jesus	Companhia das Letras	Através deste testemunho precioso que borra as fronteiras dos gêneros literários, acompanhamos a recepção de Quarto de despejo, as viagens de divulgação, o contato frequente com a imprensa e os políticos, o desenvolvimento de seu projeto literário e seu desejo de ser reconhecida como escritora. Dessa narrativa do cotidiano, entremeadas às contradições de seu tempo, emergem reflexões que permanecem mais atuais do que nunca. Eis aqui Carolina por completo, uma escritora brilhante e sem-par em nossa literatura, que desafiou todas as barreiras impostas por uma sociedade racista e desigual.
47	1	Casa de alvenaria – Volume 2: Santana	1ª edição	Carolina Maria de Jesus	Companhia das Letras	Em dezembro de 1960, depois de deixar a favela do Canindé e morar brevemente em Osasco, Carolina Maria de Jesus comprou sua tão sonhada casa de alvenaria, em Santana, onde viveu antes de se mudar para um sítio em Parelheiros. Este segundo volume de Casa de alvenaria inclui diários que se estendem até dezembro de 1963, com conteúdo inédito ou fora de circulação há décadas. Através desses registros, acompanhamos a nova vida de Carolina, a movimentação em sua casa, as viagens e, sobretudo, a dificuldade de transpor as barreiras do racismo e da estigmatização para ser reconhecida como escritora. Feita a partir dos manuscritos originais de Carolina, esta nova edição é uma oportunidade de conhecer uma das maiores escritoras brasileiras na íntegra e por ela própria — seus sonhos, suas vontades, seu projeto literário e suas desilusões.
48	1	Dicionário temático de patrimônio: Debates contemporâneos	1ª edição	Aline Carvalho	Editora da Unicamp	Este livro reúne 62 autores, de diferentes áreas disciplinares, e 50 verbetes sobre temas relacionados às discussões patrimoniais no Brasil. Eles foram organizados em duas partes: a primeira, voltada para definições de conceitos, instituições, tipologias e legislação, e a segunda, dedicada aos novos temas na área patrimonial, tais como memória da internet e turismo religioso. Rigorosos, mas escritos de forma acessível, os verbetes são sempre acompanhados de referências bibliográficas consideradas fundamentais pelos especialistas. A obra é voltada para estudiosos, gestores públicos e interessados no tema do patrimônio.
49	1	Memórias sentimentais de João Miramar	1ª edição	Oswald de Andrade	Companhia das Letras	O romance retrata a vida de João Miramar, uma espécie de caricatura do homem das classes mais favorecidas – herdeiro da cultura do café, fascinado pelas coisas estrangeiras, distante do cotidiano brasileiro. É uma sátira, selvagem e por vezes melancólica, do veio memorialista da literatura brasileira, em que os filhos das famílias mais abastadas reescrevem sua própria trajetória.
50	1	São Paulo Noir: Suspense, dramas urbanos e uma grande protagonista: a cidade da garoa	1ª edição	Tony Belloto	Leya Brasil	"Paulicéia é tema do novo livro da série "Noir" Uma seleção de histórias surpreendentes onde a cinzenta São Paulo, mais do que um simples cenário, torna-se personagem. Contos policiais que retomam a atmosfera noir imortalizada por Hollywood em filmes como "O falcão maltês", escritos por nomes como Marcelo Rubens Paiva, Maria Prata, Jô Soares, Drauzio Varella, Ferrelz, Vanessa Barbara, entre outros."
51	1	O Mercado do Prestígio: Consumo, Capitalismo e Modernidade na São Paulo da "Belle Époque" (1890-1914)	1ª edição	Milena Fernandes de Oliveira João Antonio de Paula Lúgia Otonari Silva	Alameda Editorial	Guiando-nos através do comércio das luxuosas casas especializadas em artigos finos importados, que integravam a nova paisagem urbana, e mostrando como as classes abastadas assimilaram as novidades no campo do vestuário, do lazer e da moradia, o livro, traz uma valiosa contribuição ao conhecimento da sociedade paulistana do início do século XX.
52	1	Moda e sociabilidade: mulheres e consumo na São Paulo dos anos 1920	1ª edição	Maria Claudia Bonadio	Senac São Paulo	Em uma época na qual o fato de as mulheres andarem pelas ruas ainda era considerado imoral, o surgimento da Revista Feminina e da loja de departamentos Mappin Stores, em 1913, transformou essa realidade. A vida das mulheres paulistanas da época mudou, e elas conseguiram uma liberdade pela qual havia tempos ansiavam. Maria Claudia Bonadio analisa, com clareza e rigor, o impacto do aparecimento dessa nova casa de moda e desse veículo de comunicação.
53	1	Introdução à Teoria Geral da Biblioteconomia	2ª edição	Ronaldo Vieira	Editora Interciência	Este livro que já se tornou uma referência no contexto da Biblioteconomia e da Ciência da Informação no Brasil, Ronaldo Vieira, nesta segunda edição, amplia o foco e traz um livro ainda mais abrangente e cuidadosamente estudado sobre a sua área de formação. Assim como aconteceu na primeira edição, Ronaldo Vieira mais uma vez dá um passo à frente e atualiza as reflexões sobre o contexto de pesquisa e trabalho dos bibliotecários na sociedade. Apresenta temas que estão na pauta dos estudiosos da área e também dentro das bibliotecas espalhadas pelo país. O papel da acessibilidade, a bibliologia, mediação de leitura literária assim como o papel fundamental das bibliotecas comunitárias no contexto da formação de leitores são alguns dos pontos fundamentais de discussão nesta nova edição.
54	1	Arquivos Pessoais: um Novo Campo Profissional: Leituras, Reflexões e Reconsiderações	1ª edição	Richard J. Cox	Editora UFMG	O livro que o leitor tem em mãos aponta os principais desafios teóricos e práticos relativos aos arquivos pessoais na sociedade contemporânea. Qual é a importância desses arquivos no nível individual, sentimental e familiar? Em que medida eles contribuem na construção e reconstrução da memória coletiva e do conhecimento histórico? Onde começam e terminam os arquivos pessoais nascidos do mundo digital, em particular, após o advento da internet? Quais instituições serão responsáveis por sua eventual preservação e como isso será possível, tendo em vista a multiplicidade e fragilidade de seus suportes? Richard J. Cox, destacado teórico da arquivologia norte-americana, busca responder a essas e outras questões, convidando a refletir sobre esse importante universo documental.
55	1	BIBLIOTECONOMIA NEGRA: das epistemologias negro-africanas à teoria crítica racial	1ª edição	Franciéle Carneiro Garóls-da-Silva	Malé	Defendido originalmente como tese de doutoramento e rebatizado com o título de Biblioteconomia negra: das epistemologias negro-africanas à teoria crítica racial, o livro de Franciéle Carneiro Garóls-da-Silva coloca em relevo, para um público mais amplo, as razões pelas quais o pensamento crítico não é, em muitos aspectos, uma instância pacificadora. Esta obra diz respeito à problematização "das relações de poder dentro e fora da academia e os

							efeitos decorrentes da segregação intelectual de epistemes negro-africanas sobre e no campo bibliotecnômico-informacional brasileiro.
56		1	O negro na biblioteca: mediação da informação para construção da identidade negra	1ª edição	Francilene do Carmo Cardoso	CRV	As bibliotecas públicas pela sua natureza e missão são consideradas espaços de informação, leitura e memória a serviço da sociedade de forma indistinta. Porém, ao longo de sua emergência no Brasil foram pensadas e organizadas para atender a elite branca. Durante séculos ela se constituiu como espaço inacessível às comunidades pobres, aos negros e às mulheres. Somente a partir do Século XX as bibliotecas Públicas passaram a construir políticas democráticas visando socializar seus acervos e atender os diversos segmentos sociais. A partir dos anos oitenta com a redemocratização do País, muitos esforços para fazer das bibliotecas públicas um espaço aberto, criativo, de construção e fortalecimento das comunidades tem sido inúmeros, porém, nesses esforços há lacunas, vícios que precisam ser repensados e reparados. O livro de Francilene Cardoso mostra a necessidade urgente de revisão das estruturas conservadoras que permanecem na sociedade. Dentre elas as bibliotecas públicas que ainda não ouviram os clamores das ruas, não romperam com os silêncios históricos que isolam as bibliotecas das pessoas, encasilhando-as como espaço elitizado e inacessível.
57		1	Contextualizando o Universo das Exposições	1ª edição	Danielly Dias Sandy	InterSaberes	Este livro traz um estudo sobre o universo das exposições, os meios e os processos para torná-las atrativas e relevantes aos mais diversos públicos-alvo, como as exposições são planejadas e realizadas, como elas se comunicam com os visitantes e como expressam conceitos e conhecimentos essenciais em nossa formação.
58		1	O futuro do museu: 28 Diálogos	1ª edição	András Szántó	Cobogó	Qual o papel dos museus nos dias de hoje? Em um mundo em que a desigualdade se aprofunda, em meio a crises políticas e ambientais, como combinar novas abordagens de curadoria, engajamento de público, tecnologia, inclusão e aprendizagem para expandir o papel da arte e da cultura na sociedade? Para entender os caminhos possíveis para construção de um museu empático, agregador e relevante, András Szántó, escritor e editor baseado em Nova York, entrevistou 28 curadores e diretores de alguns dos mais importantes museus de todos os continentes – entre eles o brasileiro Adriano Pedrosa, do Museu de Arte de São Paulo Assis Chateaubriand (MASP). O resultado é o livro O futuro do museu: 28 diálogos, que mostra uma paisagem museológica em transformação e aponta, de diversas formas, que os museus precisam se reinventar constantemente para, alargando a escuta e incorporando as diferenças, reafirmar o papel transformador da arte.
59		1	Escola nova: políticas de reconstrução: A educação no Rio de Janeiro e em São Paulo (1927-1938)	1ª edição	André Luiz Paulilo	Editora da Unicamp	Neste livro, o autor ocupa-se de um período da história da educação repleto de ambições e inventivas quanto à expansão e à transformação da escola pública. Propõe pensar a inovação educacional como uma invenção política custosa, com várias frentes de atuação e de difícil administração, a partir de um dos ramos do movimento de renovação educacional do país, aquele que liga o Rio de Janeiro a São Paulo entre 1927 e 1938. O período examinado é o da Escola Nova, os protagonistas enfocados no estudo são signatários do Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, e as ações que a análise quis compreender em perspectiva comparativa continuam hoje a movimentar capítulos importantes das políticas educacionais.
60		1	São Paulo e seus documentos interessantes: representações e patrimonialização da história paulista	1ª edição	Andre Oliva Teixeira Mendes	Appris Editora	Deste o séc. XIX os arquivos vêm se consolidando, pelo menos no imaginário popular, como verdadeiros celeiros da história. No entanto, cabe ao pesquisador munir-se de um repertório cada vez mais eficiente para lidar com esses acervos, especialmente no que diz respeito ao caráter de representação, expresso tanto em sua constituição quanto na disponibilização de seu material ao público. Assim, a intenção desse trabalho é mostrar como o Arquivo Público do Estado de São Paulo responsabilizou-se por estabelecer uma determinada imagem do passado paulista especialmente por meio de uma de suas publicações: os Documentos Interessantes para a história e costumes de São Paulo.
61		1	Exposição. Concepção, Montagem e Avaliação	1ª edição	Marília Xavier Cury	Annablume	Os museus são instituições únicas na cultura ocidental e as exposições museológicas constituem-se na principal forma de aproximação da sociedade de seu patrimônio cultural musealizado. Este livro reflete uma preocupação com o processo de profissionalização dos museus e, em especial, da equipe responsável pelas exposições museológicas.
62		1	A BIENAL DE SÃO PAULO E A AMÉRICA LATINA: TRÂNSITOS E TENSÕES (1950-1970)	1ª edição	Maria de Fátima Morethy Couto	Editora da Unicamp	O livro analisa o impacto causado pela Bienal de São Paulo no circuito artístico da América do Sul e da América Central nos anos 1950 e 1960. Visa demonstrar que, mesmo jamais adotando uma postura latino-americana, as primeiras bienais realizadas no Brasil propiciaram o fortalecimento de intercâmbios regionais nos anos 1960, bem como impulsionaram a criação de novas mostras de arte contemporânea, de caráter recorrente, em diferentes países vizinhos, ao fornecer um modelo bem-sucedido de aliança cultural-empresarial e de grande ganho simbólico. Discute algumas dessas mostras, que assumiram um discurso crítico, de oposição à excessiva valorização de teorias, projetos e obras concebidos nos centros hegemônicos de poder. Por fim, aborda o sistema de premiação posto em prática por esses espaços de legitimação e analisa a recepção do trabalho de artistas latino-americanos na Bienal de Veneza, no recorte temporal indicado.
63		1	São Paulo: em busca da sustentabilidade	1ª edição	Bruno Roberto Padovano	APGIQ	De acordo com esta obra, São Paulo vive enormes transformações em seus sistemas viário, logístico e de transporte. Ao mesmo tempo, necessita adequar-se à lógica da sustentabilidade, como requer a nova ordem mundial. São desafios que afetam diretamente todos os vetores de crescimento e de suporte de uma megacidade. Os 22 artigos deste livro tratam deste aparente conflito - crescimento x sustentabilidade - a partir de quatro grandes temas - Gestão e Planejamento, Infraestrutura, Mobilidade e Projetos e Paisagem. As críticas que perpassam os artigos, somam-se também propostas simples e novas formas de abordar o urbanismo sob a ótica da sustentabilidade. Os temas alcançam a engenharia urbana, o paisagismo e os sistema de macro e microdrenagem da cidade, numa abordagem multidisciplinar e integrada. O objetivo deste livro, antes de tudo, é o de fornecer aos gestores uma nova perspectiva de discussão do urbanismo paulistano, buscando entender os anseios da população com o equilíbrio das dinâmicas naturais. São artigos que servem de alerta ao mesmo tempo que de estímulo para ações coordenadas de planejamento.
64		1	Acessibilidade estrutural: Indicador de desigualdade socioespacial: e critério de análise crítica do planejamento do metrô de São Paulo - Brasil	1ª edição	Lucas Alonso	Novas Edições Acadêmicas	Este livro traz uma crítica e análise sobre acessibilidade do metrô da cidade de São Paulo, tema atual e importante, a "acessibilidade estrutural", permite que se mapeie as condições de mobilidade dos habitantes de um território, evidenciando a desigualdade de acesso à qual estão submetidos.
65		1	Museologia, A	1ª edição	André Gob	FGV	Manuais de museologia ou de museografia, em geral, abordam prioritariamente questões relativas a conservação, a gestão e a montagem de exposições. O objetivo de A museologia é mais amplo e fornece uma introdução a um campo de pesquisa, uma reflexão teórica e histórica. A ambição é também oferecer instrumentos práticos àqueles que pretendem produzir o museu e faz-lo viver concretamente. A intenção é que sirva aos que pretendem se profissionalizar e abraçar o conjunto de questões ligadas aos museus. Mais que ressaltar as diferenças entre museus e tipos de acervos, aqui são enfatizados os pontos comuns e as convergências a fim de destacar os traços específicos da instituição museal.
							O livro E se experimentássemos mais? Contribuições não técnicas de acessibilidade em espaços culturais traz reflexões urgentes sobre a participação efetiva de pessoas com deficiência em exposições de arte. O acesso deste público à arte, bem como em outros campos, vem sendo historicamente negado ou restringido e no que concerne o acesso, do

66	1	E se experimentássemos mais? : contribuições não técnicas de acessibilidade em espaços culturais	1ª edição	Camila Araújo Alves	Appris Editora	público com deficiência os espaços de arte busco trazer neste livro narrativas que permitam problematizar e assim recrutar as únicas histórias acerca da deficiência e da acessibilidade. Com o livro proponho uma tomada de posição: Uma acessibilidade mais estética ao invés de uma acessibilidade puramente técnica em espaços culturais. Ao longo deste trabalho, através das articulações com as histórias contadas por mim marco uma posição com relação à mediação cultural. Aqui o ato de mediar é poder estar entre duas histórias e pensar num modo de levá-las adiante para um efetivo trabalho de acessibilidade.
67	1	Introdução à história pública	1ª edição	Juniele Rabelo de Almeida	Letra e Voz	Fazer história pública significa difundir o conhecimento histórico para amplas audiências, acreditando-se que a história não é aprendida apenas em sala de aula – mas de diversas formas e em muitos momentos. Através de um sem-número de recursos, o profissional da área pode levar história e memória ao público atuando em arquivos, centros de memória, museus, televisões, rádios, editoras, jornais, revistas, organizações governamentais e não governamentais, consultoria, entre outros espaços. Trabalhar dessa maneira – para e com o público – exige uma série de habilidades, métodos e especializações capazes de garantir que a preservação, a interpretação e a difusão do conhecimento histórico sejam feitos de maneira responsável e integrada. Introdução à História Pública oferece pistas de como fazer isso, por meio de um conjunto de textos de profissionais renomados de dentro e de fora da academia.
68	1	História pública no Brasil: Sentidos e itinerários	1ª edição	Ana Maria Mauad Juniele Rabelo de Almeida Ricardo Santhiago	Letra e Voz	Os instigantes textos deste livro, produzidos por intelectuais e pesquisadores que têm se dedicado à prática e à reflexão da história pública, consistem em uma contribuição sólida e singular à literatura da área, no Brasil. Trata-se da principal reunião de escritos sobre o tema após o livro seminal Introdução à história pública, publicado em 2011. Neste intervalo, a Rede Brasileira de História Pública (RBHP) foi fundada, reunindo centros de participantes de dentro e fora do país no 1º Simpósio Internacional de História Pública: A história e seus públicos, na Universidade de São Paulo, em 2012, e no 2º Simpósio Internacional de História Pública: Perspectivas para a história pública no Brasil, na Universidade Federal Fluminense, em 2014. Consolidada como um importante locus para a discussão sobre os vários engajamentos possíveis entre história e público, a RBHP tem contribuído para a divulgação e a reflexão sobre esta prática ainda emergente.
69	1	Educação e Acessibilidade Experiências do MAM	1ª edição	Daina Leyton	MAM	A organização desta publicação visa a abranger a amplitude de ações do educativo, tanto no museu como em seu entorno, sobretudo na marquise do parque Ibirapuera. A complexidade dos agentes envolvidos nas práticas educativas do MAM levou à pluralidade de vozes representada pela seleção dos textos aqui reunidos.
70	1	Vala de Perus: uma Biografia	1ª edição	Camilo Vannuchi	Alameda Editorial	Este livro narra em detalhes a descoberta da vala de Perus, trinta anos atrás. E também os cinquenta anos compreendidos entre a construção do Cemitério Dom Bosco, em 1970, e a recente retomada das análises das ossadas em busca de identificação. A vala de Perus simboliza um qnto de vida e de luta, que nos mostra que não viramos a página da História de um Estado de horrores, violência e omissão. Ali foram abandonados restos mortais de pessoas que tinham rosto, tinham vida, afetos, desafios e uma história.
71	1	Santo Amaro: A Evolução Urbana do Bairro Sob Diversos Olhares	1ª edição	Luís Antonio Dias Rafael Lopes de Sousa	LiteraRUA	A preservação da História e da Memória de um local é fundamental para o processo de consolidação da cidadania, nossa vida, nosso bairro, são determinantes para nos fazer sujeitos da História. Os autores discutem os aspectos culturais da região, sobretudo musical em especial o rap como fonte para investigação. Representantes como os Racionais MC's, Z'África Brasil, Sabotage, entre outros narram as experiências da vida cotidiana, além de apresentar nesse trabalho uma discussão sobre arqueologia urbana.
72	1	A Sociabilidade na Metrópole de São Paulo. Um Estudo Sobre o Bairro da Vila Olímpia	1ª edição	Dan Rodrigues Levy	Libert Ars	Olivo aborda a sociabilidade na metrópole de São Paulo como um fenômeno social que vem sendo remodelado pelas transformações oriundas do acelerado processo de urbanização neoliberal. Partindo do âmbito global para um estudo de caso particular, o objetivo é demonstrar que tais transformações vêm ocorrendo nos bairros das metrópoles ao redor do mundo. Como ponto de partida, realizou-se um estudo de caso inédito no bairro da Vila Olímpia, para detectar a transição da natureza das sociabilidades e entre os moradores do bairro, influenciado pela temática da sociabilidade, o autor constrói a pesquisa procurando compreender os impactos dessas transformações nas formas de interação social entre os antigos e novos moradores do bairro. Esta obra traz à tona a discussão atual acerca da Teoria das Metrópoles, passando pelas suas escalas e categorias sociológicas para, então, fundamentar e interpretar a pesquisa realizada. Através das principais técnicas de investigação qualitativa, tenta-se demonstrar as circunstâncias em que a Vila Olímpia pode sucumbir ou resistir a todo este processo de transformação urbana.
73	1	Objetos, Paisagens e Patrimônio. Arqueologia do Colonialismo e as Pessoas de Guarulhos	1ª edição	Claudia R. Plens	Anablume	A pesquisa arqueológica sobre Guarulhos apresentada neste livro permite uma abordagem comparativa para a discussão da relação entre o documento escrito e a cultura material. Aplica-se ao conhecimento do passado, ao debate teórico-metodológico e conceitual sobre Arqueologia Colonial, Arqueologia da Paisagem e Arqueologia do Movimento, e ao entendimento da forma como a sociedade compreende a cultura material como patrimônio e quais as posturas da sociedade civil e equipes governamentais para o manuseio e proteção dos remanescentes do passado. A contribuição da pesquisa decorre da amplitude dos temas abordados: colonização, geografia e espacialidade, migrações, trabalho escravo indígena e, por fim, mobilidade e movimento de pessoas, objetos, ideias e patrimonialização. Ao discutir paisagem, urbanização, edificações e cultura material, os artigos do livro proporcionam uma visão singular da colonização europeia no Novo Mundo, ligando as culturas indígenas locais com o mercantilismo europeu do século XVI.
74	1	A Cultura Alimentar Paulista: uma Civilização do Milho?	1ª edição	Rafaela Basso	Alameda Editorial	Ao se debruçar sobre a alimentação dos habitantes do Planalto de Piratininga do século XVII e início do XVIII, Rafaela Basso nos revela um mundo novo que gravita em torno da cultura e processamento do milho como elemento decisivo a sustentar a conquista e ocupação dos sertões paulistas. Inicialmente considerado como alimento de animais e de bueiros, o milho adquire uma marginalidade que só é superada à medida em que vai mostrando sua funcionalidade nas trocas da sociedade sertaneja. Com o advento dos moinhos no século XVIII e a fabricação da farinha de milho, segundo técnicas indígenas, o alimento vai ganhando cidadania até chegar a ser – como ainda é hoje – um dos pilares da alimentação sertaneja.
75	1	Crescimento demográfico e evolução agrária paulista	1ª edição	Maria Luiza Marcollo	Hucitec	A partir de uma pesquisa fundada nos censos nominativos realizados na capitania de São Paulo, entre 1765 e 1836, Maria Luiza Marcollo estabelece correlações entre a população da época e o desenvolvimento da agricultura em toda a capitania paulista, no momento em que era introduzida a grande lavoura monocultora de cana, e mais tarde de café, com a entrada também da mão-de-obra escrava em larga escala. Dessa forma, mostra como uma análise demográfica aprofundada pode ser utilizada para o estudo econômico do meio rural.
76	1	Elites Empresariais Paulistas: Depoimentos à fgv	1ª edição	FGV	Editora FGV	Este livro é fruto do projeto 'Trajetória e pensamento das elites empresariais de São Paulo', coordenado pelo Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (Cpdoc) e pela Escola de Economia de São Paulo (Eesp) da Fundação Getúlio Vargas, e traz os relatos de alguns dos mais importantes empresários paulistas, cujas histórias de vida se confundem com a própria história política e econômica do país, desde os anos 1950. A FGV busca assim contribuir para a recuperação da memória do empreendedorismo e do desenvolvimento econômico nacional, relatada e analisada por agentes essenciais desse processo.
77	1	Regularização Fundiária Urbana. Jurisprudência Paulista	1ª edição	Ricardo Dip	Quartier Latin	A tanto, em conclusão, a regularização fundiária urbana exige: (a) planejamento urbano ordenador; (b) atividade administrativa de prevenção; (c) atividade administrativa de prevenção; (d) atividade administrativa de punição; (e) maior tolerância transitória com fatos consumados (sem distinguir, ao modo ideológico, a situação de meros ocupantes; sem estimular os assentamentos "informais"; (f) a responsabilização administrativa e civil dos agentes públicos que, com dolo ou grave culpa, deixam de prevenir ou reprimir ações atentatórias do meio ambiente natural e cultural. Assintamam-se para realizar este estudo

						ânimo cuidadoso de pesquisa da jurisprudência pretoriana de São Paulo e a experiência prático-prática de duas de suas coautoras.
78	1	De Chumbo e Festim. Uma História da Polícia Paulista no Fim do Império	1ª edição	André Rosenberg	EDUSP	Uma abordagem sociocultural da polícia paulista no fim do Império é a contribuição de André Rosenberg neste livro. O autor realizou ampla pesquisa na documentação do Arquivo do Estado de São Paulo para analisar a formação da polícia paulista nas décadas de 1870 e 1880, procurando reconstituir o processo de formação a partir dos atos da própria instituição. O objetivo foi o de documentar a polícia nas suas múltiplas dimensões: institucional, corporativa e como força social mediadora de conflitos. Em seu início a polícia aparecia como uma das muitas opções a que se lançavam homens jovens e pobres, à espera de oportunidade melhor: ingressar na polícia significava alcançar uma nova viabilidade social. No livro, encontramos a descrição das forças policiais responsáveis pelo policiamento da província e da rotina policial, um perfil socioeconômico das praças, a interação dos policiais com a população e uma análise da tipologia da violência policial.
79	1	Memórias da Lapa Paulistana	1ª edição	José Maria de Lima	Ribalta	Neste livro de memórias, o jornalista José Maria de Lima narra sua infância e juventude no bairro da Lapa, em São Paulo, durante o século XX. Motivado por sua admiração pelo local e pelos fortes laços que o ataram àquela comunidade, o escritor borda uma rica tapeçaria das trajetórias e relações de famílias, vizinhanças, turmas de amigos, companheiros de botecos, times de futebol e tantos outros vínculos que moldaram sua vida pessoal.
80	1	A vida urbana paulistana vista pela administração municipal 1562-1822	1ª edição	Maria da Conceição Martins Ribeiro	Minha Editora	Esta obra oferece uma incursão na vida urbana paulistana de 1562 a 1822 sob o ponto de vista administrativo, apontando caminhos para a melhor percepção do funcionamento cotidiano da colônia. A historiadora Maria da Conceição Martins Ribeiro baseou-se nos registros disponíveis na Câmara Municipal de São Paulo, que datam a partir de 1562, para fazer o levantamento histórico daquele período. Os capítulos elucidam a vida no núcleo urbano a partir de alguns aspectos evolutivos e apresentam questões e problemas que afligiam à época o administrador paulistano, como a defesa da Vila, a proteção à fauna e à flora, a economia, a organização administrativa, entre outros, destacando os meios utilizados para solucioná-los.
81	1	Meu Velho Centro: Histórias do Coração de São Paulo	1ª edição	Heródoto Barbeiro	Botempo Editorial	O coração da metrópole é o tema do lançamento da Coleção Pauliceia, coedição da Botempo com a Editora Saco-SP. Em um livro delicioso, Heródoto conta da fundação de São Paulo por jesuitas perto da praça da Sé, ao renascimento do autor que, criança, sobreviveu a um atropelamento de bonde. Das transformações com o ciclo do café, as indústrias e levas de imigrantes, que fizeram da província uma metrópole, às suas aventuras de garoto com carinhos de colônia. As manifestações políticas na Sé, o carnaval paulistano, a convivência de japoneses, afro-descendentes, italianos, nordestinos e das 'polacas' que fizeram a diversidade de São Paulo. O livro traz ainda curiosidades do presente, como as missas em italiano e espanhol rezadas na igreja Nossa Senhora da Paz. E do passado, como o parque de diversões Shungai, campos de várzea, cinemas e mesmo rios que desapareceram, enterrados pelo crescimento desenfreado da cidade. O livro promove um reencontro dos paulistanos com sua identidade.
82	1	São Paulo: 460 anos	1ª edição	Francisco Cabral Alambert Junior	Editora Brasileira	Os 460 anos de São Paulo, em um livro repleto de fotos históricas, raras e emocionantes. São Paulo sempre foi tão cheia de paradoxos quanto é cheia de gente e edifícios. Um lugar de topografia sentimental e inusitada. Louvada por alguns, odiada por outros. A única certeza que nos resta nestes 460 anos é que, para todos, locais ou estrangeiros, no passado e no presente, amar São Paulo, definir São Paulo, retratar São Paulo é sempre um problema de extremos, de impossibilidade de síntese ou de certezas. Amar São Paulo é uma alegria triste, uma beleza feia, um assombro ultrajante e fascinante. Ver, e viver, São Paulo também é tudo isso. Mas neste livro, a cidade e sua história estão retratadas com muita beleza.
83	1	O Grafite e a Psique de São Paulo: Metáforas da Cidade	1ª edição	Liliana Liviano Wahba	Blucher	A cidade tem uma psique que se manifesta no espaço urbano por meio do grafite, expressão simbólica da subjetividade da cultura. Esse é o ponto de partida dos autores que, em perambulações pelas ruas, nos apresentam o espaço psíquico dessa imensa polis, revelado pela arte dos grafiteiros. A subjetividade de seus habitantes, em movimento dinâmico e constante, produz o lugar onde são projetadas e vividas vicissitudes e ansios. Nossos autores viajantes flanam por São Paulo e a descrevem revestida de afeto, dores e inspirações.
84	1	O colégio de Piratininga: A influência da espiritualidade inaciana na fundação da cidade de São Paulo	1ª edição	Cesar Augusto dos Santos	Edições Loyola	O presente estudo reflete sobre a vinda dos jesuitas para o Brasil e a influência da espiritualidade inaciana na criação do Colégio de São Paulo de Piratininga – fundação da cidade de São Paulo –, tendo como base cartas trocadas entre os jesuitas e entre estes e as autoridades civis, a correspondência referente aos Colégios e o acervo relacionado aos Exercícios Espirituais de Inácio de Loyola, além de outras fontes impressas. A obra em duas tomes em uma: na primeira parte, a espiritualidade inaciana, a força e a direção que ela imprimiu à aldeia; na segunda, aborda e delimita pontos até então discutíveis da infância da metrópole. "A espiritualidade inaciana, presente e atuante em muitas outras localidades dos vários continentes, deu a qualificação, a razão, o molde da Pauliceia.
85	1	Alicerces da Pátria: História da Escola Primária no Estado de São Paulo (1890-1976)	1ª edição	Rosa Fátima de Souza	Editora Mercado de Letras	Esse livro problematiza as permanências e as mudanças que marcaram a história republicana do ensino primário no estado de São Paulo entre 1890 e 1976. Abarcando uma perspectiva temporal de longa duração, a autora interpreta os sentidos das transformações da cultura escolar elegendo como eixos de análise as finalidades sociais, políticas e culturais atribuídas à escola, os conteúdos e métodos de ensino e as práticas simbólicas. Desse modo, o livro chama a atenção para uma das características mais duradouras e constitutivas da escolarização da infância: o seu intrínseco vínculo com a construção da nação.
86	1	Desenhando São Paulo: Mapas e Literatura (1877-1954)	1ª edição	Maria Lucia Perrone Passos	Senac São Paulo	A construção da cidade de São Paulo aqui se entrelaça com a voz de escritores, compositores e poetas que por ela foram tocados. Plantas, planos, mapas e desenhos se abrem para mostrar como a cidade foi se construindo. Os textos traduzem uma época, e nos fazem perceber esse espaço que esse espaço foi sendo idealizado. Conforme sugere o historiador Ulpiano T. Bezerra de Menezes, que escreveu o prefácio, essa obra poderia ser apreciada como um álbum de família, o lugar da memória e do sentido elaborado a partir do reconhecimento de uma identidade comum.
87	1	Rotas literárias de São Paulo	2ª edição (27 outubro 2016)	Goimar Dantas	Senac São Paulo	São Paulo é uma cidade lírica, polo efervescente de cultura e artes e vivenda da literatura. Não é à toa que muitos literatos e profissionais ligados à área fizeram de São Paulo sua moradia, a qual se viu de inspiração para poemas, teatro, bibliotecas e lugar de prosa por entre suas livrarias, seus bares e centros culturais.
88	1	Igreja e Elite na Modernização de São Paulo: O Caso da Paróquia de Santa Cecília (1895-1920)	1ª edição	Cristina de Toledo Romano	Appris Editora	Focando em um microcosmo no âmbito do catolicismo paulista, o livro Igreja e elite na modernização de São Paulo: o caso da paróquia de Santa Cecília (1895-1920) desnuda os dilemas e percalços enfrentados pela Instituição Católica para se posicionar frente as transformações ocorridas no processo de modernização de São Paulo, entre o final do século XIX e as primeiras décadas do século XX. Aborda, também, seu processo de adaptação a uma rígida reforma preconizada pela Santa Sé na época. Com base em fontes textuais e iconográficas, evidenciam-se as mentalidades e as estratégias dos membros da Igreja para lidar com os novos desafios motivados pelas mudanças de ordem social e cultural na capital paulista, nos primórdios da República.

89	1	Coleções Reveladas. Acervo Artístico-Cultural dos Palácios do Governo do Estado de São Paulo	1ª edição	Ana Cristina Carvalho	SESI-SP	Este livro tem o propósito de apresentar ao leitor as coleções de arte dos palácios do Governo do Estado de São Paulo, obras ícones da história da arte, e de contribuir para o conhecimento de fatos que marcaram o contexto cultural dos períodos de suas aquisições e a noção de gosto que formou as 4 mil obras que habitam os palácios. Incentivada pelas condições econômicas e sociais e pelo poder político, a escolha das peças reflete usos e costumes da época, influências e tendências da moda, o espírito crítico e o panorama artístico-cultural do período e das respectivas gestões dos palácios.
90	1	O QUE O RAP DIZ E A ESCOLA CONTRADIZ: UM ESTUDO SOBRE A ARTE DE RUA E A FORMAÇÃO DA JUVENTUDE NA PERIFERIA DE SÃO PAULO	1ª ED (2016)	Monica do Amaral	Alameda Editorial	Juventude - Cultura - Periferia - Barro de São Paulo
91	1	BUMBA-BOI MARANHENSE EM SÃO PAULO	1ªED.(2001)	Andre Paula Bueno	Nankin Editorial	André Paula Bueno cultiva um elo visceral com as manifestações populares que dão identidade às regiões brasileiras. Neste trabalho, ele se volta para as festas tradicionais do Bumba-boi maranhenses realizadas anualmente em São Paulo, descrevendo o seu ciclo narrativo e o papel das toadas na organização do sentido geral dessas "brincadeiras de Boi". O autor foi a campo colher um vasto material de pesquisa, confrontando as práticas paulistanas com as manifestações originais do Estado do Maranhão e se servindo de recursos semióticos para a compreensão e explicação do rito como um todo.
92	1	CIDADE TIRADENTES E COHAB: MORADIA POPULAR NA PERIFERIA DE SÃO PAULO - PROJETOS E TRAJETÓRIAS - 1960-1970	1ªED.(2013)	Simone Lucena Cordeiro	Alameda Editorial	O objetivo do livro é contar como a Cidade Tiradentes passa por uma carência de infraestrutura, entretanto, não se restringia apenas ao transporte, desdobrando-se para a falta de moradias, hospitais, escolas, cultura, lazer, saneamento e segurança. Assim, com a construção da COHAB nos anos 60, aponta o impacto da criação de moradias para o setor da população de baixa renda. Trata-se de uma política oficial de planejamento urbano sistemático, com o objetivo de racionalizar a ocupação dos espaços da cidade, esta que passava novamente por intenso crescimento demográfico devido à forte corrente de migração interna, especialmente a nordestina.
93	1	São Paulo - de colina a cidade	3ª edição (19 fevereiro 2018)	Amir Piedade	Cortez	Durante o século XX, a cidade de São Paulo atravessou um processo de urbanização muito intenso que, em 1953, transformou-a na maior cidade do Brasil. Esse fato mereceu uma reflexão a partir das seguintes questões: como e em qual ambiente cultural se desenvolveu o samba paulista na década de 1950? Quais suas relações com a história da cidade? Quais foram as suas principais características? Quais suas relações com a indústria cultural? A realização de um estudo sobre isso deveria abordar as temáticas a partir de uma metodologia que considerasse as relações teóricas entre história, literatura, música, radiodifusão e territorialidades na capital paulista. Essa perspectiva mais abrangente tornou perceptível para o autor um problema estrutural que estava expresso pelos dados analisados e que mostravam que na década de 1950 os espaços de produção de música popular estavam marcados por uma contraposição urbana.
94	1	OS SONS DAS MALOCAS E OS AMBIENTES CULTURAIS DA CIDADE DE SÃO PAULO NOS ANOS 1950	1ªED (2020)	Guilherme de Castro	Appris Editora	"Durante o século XX, a cidade de São Paulo atravessou um processo de urbanização muito intenso que, em 1953, transformou-a na maior cidade do Brasil. Esse fato mereceu uma reflexão a partir das seguintes questões: como e em qual ambiente cultural se desenvolveu o samba paulista na década de 1950?"
95	1	Inovação Institucional e Democracia Participativa na Administração Pública: a Experiência do Programa de Metas	1ª edição (22 julho 2020)	Murilo Gaspardo	Alameda Editorial	"Em 2008, por iniciativa do Movimento Nossa São Paulo (hoje Rede Nossa São Paulo), foi aprovada a Emenda à Lei Orgânica do Programa de Metas, a qual instituiu a obrigatoriedade de os Prefeitos da capital paulista apresentarem "programas de metas" baseados nas propostas que defenderam durante as campanhas eleitorais, o que, associado a um conjunto de institutos complementares, objetivava qualificar o debate eleitoral, contribuir com a prática do planejamento na Administração Pública"
96	1	Palmeiras X Corinthians 1945: O jogo vermelho	1ª edição	Aldo Rebelo	Editora Unesp	Na década de 1990, em uma de suas visitas à sala de troféus da Sociedade Esportiva Palmeiras, Aldo Rebelo visualizou uma taça com a seguinte inscrição: "Homenagem do Movimento Unificador dos Trabalhadores – MUT". Começou assim a sua jornada pela partida realizada em 13 de outubro de 1945 entre Palmeiras e Corinthians. Este livro retira o jogo do anonimato da galeria de troféus e das estatísticas dos dois clubes. Para isso, reúne informações citadas em jornais, universidades, clubes, Federação Paulista de Futebol, arquivos pessoais e entrevistas com ex-dirigentes comunistas, ex-jogadores, ex-sindicalistas e familiares de pessoas ligadas ao episódio.
97	1	Democracia Corinthiana: a Utopia em Jogo	1ª edição	Ricardo Gozzi Sócrates	Boitempo Editorial	Em 1982, após dezotto anos de diladura e décadas de mandonismo nos esportes, o Parque São Jorge, sede do Corinthians, respirou ares de liberdade. Uma experiência liderada por Sócrates, diversos outros jogadores e a diretoria do clube tornou-se a grande novidade futebolística do ano: a Democracia Corinthiana. Ao se completarem os vinte anos daquela que foi a mais importante mobilização de atletas na história do futebol brasileiro, a experiência ganha o seu primeiro registro literário. Escrito a quatro mãos por Sócrates e Ricardo Gozzi, Democracia Corinthiana resgata os eventos em torno de um movimento que mesclou aspectos políticos, sociais, culturais e esportivos.
98	1	Salas de cinema e história urbana de São Paulo (1895-1930): O cinema dos engenheiros	1ª edição	José Inácio De Melo Souza	Senac São Paulo	Por meio da documentação custodiada pelo Arquivo Histórico de São Paulo (AHSP- SMC/PMSP), um dos principais acervos históricos da cidade, o autor reconstrói um momento significativo da história do cinema e da memória urbana paulistana do século XX, marcado pela presença das 'salas de rua'. Nesta edição, que amplia os estudos de seu livro Imagens do passado: São Paulo e Rio de Janeiro nos primórdios do cinema (Editora Senac São Paulo, 2004), o autor reatualiza no rico conjunto documental do AHSP projetos de salas especialmente construídas, ou adaptações, para abrigar os cinematógrafos, reproduzindo fachadas, plantas e cortes dessas edificações, além de outros registros de acervos diversos, como anúncios na imprensa, fotografias e cartões-postais.
99	1	Uma Hollywood Brasileira: ou o Cinema em Campinas na Década de 1920	1ª edição	Carlos Roberto de Souza	Alameda Editorial	Estruturado a partir das cinco produtoras que atuaram em Campinas no período, o livro traz informações minuciosas sobre os filmes produzidos e suas questões técnicas e formais; a constituição das empresas e os esquemas de financiamento; a exibição e repercussão dos filmes; o pensamento crítico e o debate sobre cinema brasileiro na imprensa. A pesquisa detalhadíssima vai sendo apresentada por meio de uma escrita cativante que, embora legítima herdeira do estilo de Paulo Emilio Salles Gomes (mentor do jovem estudante de cinema Carlos Roberto), tem personalidade e sabor próprios. Do extenso levantamento de informações ao delineamento dos perfis dos protagonistas e coadjuvantes dessas histórias, das reflexões historiográficas às impressões pessoais do pesquisador, tudo converge para criar uma obra fundamental para melhor compreender e amar o cinema silencioso no Brasil.
100	1	Hip hop - Cultura e política no contexto paulistano	1ª edição	João Batista de Jesus Félix	Appris Editora	O livro que você tem em mãos é fruto de uma tese de doutoramento em Antropologia Social, defendida na Universidade de São Paulo, no ano de 2006, por João Batista de Jesus Félix, antropólogo e professor da Universidade Federal de Tocantins (UFT). Lá se vão 12 anos e muitas mudanças ocorreram no campo de estudos da juventude, das relações raciais e da antropologia das populações afro-brasileiras. Entretanto o texto de Hip-Hop: cultura e política no contexto paulista mantém a sua atualidade. Félix busca em seu livro fornecer uma visão ampla dessa manifestação cultural na cidade de São Paulo. Diferentemente do que se vinha realizando em pesquisas anteriores, o pesquisador explicita as várias formas de interpretação

						do que seria o hip-hop na cidade de São Paulo e como a dicotomia entre política e cultura torna-se central no debate instaurado entre os adeptos dessa prática cultural dos anos 2000.
101	1	Cidade cantada: educação e experiência estética: Canções de Tom Zé e Racionais MC's sobre São Paulo	1ª edição	Júlia Pinheiro Andrade	Editora Unesp	Analisando a experiência estética do tropicalismo singular de Tom Zé e o rap contestador do Racionais MC's, Júlia Pinheiro Andrade revela as "formas vivas" que falam e cantam São Paulo. Observando a cidade de um ângulo rico e insuspeito, em que arte e educação se imbricam, reflete a correspondência entre a forma estética da canção e a experiência urbana. Deste modo, partindo do estudo da música popular, produz uma reflexão sobre os tempos e as formas contemporâneas de sociabilidade, sobretudo no que se refere aos circuitos e às culturas jovens.
102	1	Big bands paulistas: História de orquestras de baile do interior de São Paulo	1ª edição	José Ildelfonso Martins José Pedro Soares Martins	Edições Sesc	A época de ouro dos grandes conjuntos orquestrais do interior de São Paulo é resgatada nesta obra. Entre as décadas de 1940 e 1970, as big bands reinaram absolutas nas mais diversas festas e comemorações que aconteciam pelas cidades, organizadas em torno da realização de bailes. Importante trabalho de registro da memória musical paulista, o livro traça um panorama do surgimento e do desenvolvimento dessas orquestras e conta a história das mais emblemáticas, além de discorrer sobre o contexto sociocultural em que elas se inseriam.
103	1	A Invenção Do Aluno: a implantação do Primeiro Gymnasio da Capital, em São Paulo (1894-1917)	1ª edição	Maria Aparecida da Silva Cabral	CRV	Neste livro a autora problematiza os processos de implantação de uma instituição escolar no início da República brasileira. Trata-se do Primeiro Gymnasio da Capital que foi inaugurado com o objetivo de promover uma nova educação secundária aos filhos das elites paulistas. Sua implantação fazia parte de um projeto maior dos republicanos paulistas, que se materializou com a reforma da instrução pública no Estado de Paulo. Este livro trata da implantação do Primeiro Gymnasio da Capital, primeira instituição estadual voltada à educação secundária no Estado de São Paulo, em 1894, no Estado de São Paulo, focalizando a construção de dispositivos de controle.
104	1	As Prisões de São Paulo: Estado e Mundo do Crime na Gestão da "reintegração Social"	1ª edição	Felipe Athayde Lins de Melo	Alameda Editorial	As prisões de São Paulo: Estado e mundo do crime na gestão da "reintegração social", de Felipe Melo, tem como foco descrever os problemas e conflitos da Administração Penitenciária. O autor narra conflitos e tensões entre diferentes modos de operar uma prisão; acompanha egressos prisionais em suas trajetórias pós-cumprimento de pena e desvela as formas atuais de uma antiga estratégia de gestão das pessoas: o encarceramento
105	1	A Formação de Professores em São Paulo (1846-1996): a Prática de Ensino em Questão	1ª edição	Jane Soares de Almeida	Autores Associados	Este livro trata da formação de professores. Eis aí um tema de certo modo já antigo que, no entanto, continua extremamente atual, pelo bem e pelo mal – e, infelizmente, mais pelo mal que pelo bem. É oportuno o lançamento deste livro porque trata exatamente da formação de professores tendo como foco a questão da prática. E, ancorando-se na história, esta obra surge como antídoto às pregaçãoes com ares de soluções inovadoras tomando a prática imediata vigente na cotidianidade como a chave definitiva para a solução do problema da formação de professores." - Dermeval Saviani, Professor emérito da Unicamp, pesquisador emérito do CNPq e coordenador geral do Histedp, atua como professor titular colaborador pleno do Programa de Pós-Graduação em Educação da Unicamp.
106	1	Pensar os Museus: Mito, História Tradição	1ª edição	Bruno Brulon Soares	NAU Editora	Este livro aborda um olhar crítico para os museus, seus processos de formação e das coleções que abriga, esse modelo de museu que chega ao presente ainda pensado como "templo", "espaço sagrado" onde são transmitidas as verdades do passado, cuja relativização ainda se vê em estágios iniciais, precisa ser discutido a partir do entendimento de sua origem histórica, num passado recentemente reinventado, reproduzido e apropriado. Um livro que conversa com a bibliografia já presente na biblioteca
107	1	MILAGREIROS DE CEMITÉRIO	1ª edição	Thiago de Souza	PONTES	No início do ano de 2023, fizemos uma expedição aos cemitérios públicos de São Paulo, buscando um tesouro guardado nas Necrópoles Paulistas: os túmulos reconhecidos, ou conhecidos, como divinos. Esse sentimento popular faz nascer um tipo de devoção única, conveniada entre devoto e divindade, a partir da vida e da morte. A comoção, através da dor da perda, converte-se em esperança, fé e gratidão. Esse fenômeno cemitalial - que merece todo reconhecimento como patrimônio imaterial - ainda é muito pouco conhecido do grande público e é esse o tesouro que queremos revelar à cidade que os guarda, nesta oportunidade, a Capital Paulista.
108	1	A biblioteca como lugar de aprendizagem	1ª edição	Bernadete Campello	Autêntica	Neste livro, Bernadete Campello busca responder à pergunta: O que ensinamos na biblioteca? Considerando-a como lugar de aprendizagem, a autora trata das habilidades informacionais, mostrando que a biblioteca é espaço privilegiado para os alunos desenvolverem essas competências. Isso se dá quando o bibliotecário trabalha em conjunto com os professores, que são estimulados a usar metodologias que privilegiam a pesquisa, a aprendizagem com autonomia e a orientação adequada.
109	1	História das Bibliotecas: De Alexandria às Bibliotecas Virtuais	1ª edição	Frédéric Barbier	EDUSP	Frédéric Barbier propõe uma história das bibliotecas a partir de uma estrutura cronológica ampla, adotando uma perspectiva comparativa: parte das bibliotecas da Antiguidade clássica, passa pelas da Idade Média, acompanha as mudanças decorrentes da invenção de Gutenberg, testemunha tanto a difusão do modelo da biblioteca mural (até o final do século XVIII) como a problemática da coletividade e da leitura pública (no século XIX) até enfim chegar à pós-modernidade marcada pela desmaterialização das novas mídias e pela generalização de uma acessibilidade em tempo real.
110	1	A Civilização do Delegado: Modernidade, Polícia e Sociedade em São Paulo nas Primeiras Décadas da República, 1889-1930	1ª edição	Marcelo Thadeu Quintanilha Martins	Alameda Editorial	"A civilização do delegado" explora o surgimento da polícia moderna no estado de São Paulo durante as turbulentas décadas da Primeira República, focando sua inserção nas transformações econômicas, sociais e culturais emergentes da modernidade.
111	1	Aldeamentos Paulistas	1ª edição	P'asquale Petrone	EDUSP	Este trabalho, escrito em 1965, mostra a importância da posição geográfica e, principalmente, dos indígenas aldeados para a configuração desse quadro atual. Assim o aspecto geográfico do passado paulista se entrosca com os fatos do presente para explicar a organização do espaço nessas cidades.
112	1	A escola dos Annales (1929-1989) - 2ª edição: A Revolução Francesa da historiografia	2ª edição	Peter Burke	Editora Unesp	Neste livro, Peter Burke reconstrói criticamente o movimento intelectual associado à revista francesa Annales. Em linguagem ao mesmo tempo direta e rigorosa, o autor distingue as três principais gerações de historiadores que deram perfil e consistência a esta que é considerada a mais importante força de propulsão da chamada "História Nova" – a de Lucien Febvre e Marc Bloch, a de Fernand Braudel e a de Duby, Le Goff e Le Roy Ladurie –, responsável por uma "revolução" na historiografia.
113	1	Na arena de Esculápio: A Sociedade de Medicina e Cirurgia de São Paulo (1895-1913)	1ª edição	Luiz Antonio Teixeira	Editora Unesp	Este livro busca contribuir para a compreensão do processo de institucionalização das ciências biomédicas em São Paulo e também ampliar o conhecimento sobre as relações entre este campo disciplinar e a saúde pública neste Estado. Seu principal objetivo é mostrar que a Sociedade de Medicina e Cirurgia de São Paulo teve atuação destacada na institucionalização da medicina paulista, desempenhando um papel diferenciado do que foi posto em marcha pelo Serviço Sanitário e seus institutos de pesquisa.

114	1	O Curso de Geografia e História da FFCL/USP e a Constituição de um Campo Disciplinar em São Paulo (1934-1968)	1ª edição	Diogo da Silva Róz	Alameda Editorial	Com este trabalho sobre a trajetória da escrita da História e do seu ensino na (atual) Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (FFLCH/USP), o leitor é guiado em um percurso historiográfico de grande relevância e rica contribuição para a compreensão do regime de cátedras vigente na instituição entre 1934 e 1968. Uma questão de fundo orienta a pesquisa documental e bibliográfica densa, a do surgimento do historiador profissional no Brasil. Para respondê-la são percorridas trajetórias institucionais e mais abrangentes de docentes e historiadores que implantaram as estruturas curriculares de História e de Geografia – assim foi o nascimento do curso – ao longo de décadas.
115	1	Do Sonho à Loucura: Hospitais Psiquiátricos e Imigração Portuguesa em São Paulo (1929-1939)	1ª edição	Ewerton Luiz Figueiredo Moura da Silva	Alameda Editorial	Hospitais psiquiátricos e imigração portuguesa em São Paulo (1929-1939), de Ewerton Luiz. Os caminhos da história da imigração não tão diversos quanto seus povos e os contextos que se impulsionaram a partir de seu solo. Do sonho da terra benzéja e acolhedora, à busca da oportunidade de trabalho, milhares de pessoas se deslocaram entre o século XIX e o XX por diversas partes do mundo, tendo o Brasil como um dos ramais propagandeados, aportando aqui tantas gentes, quanto tantas nações.
116	1	A Cor da Modernidade	1ª edição	Barbara Weinstein	EDUSP	Barbara Weinstein analisa a rebelião paulista de 1932 em São Paulo, conhecida como Revolução Constitucionalista, e suas representações nas comemorações do IV Centenário da fundação da cidade, em 1954. Unindo os dois acontecimentos, o sentimento regional e a construção da identidade paulista, e a análise da autora destrui-se sobre conceitos e problemas centrais para a compreensão da história do Brasil do século XX: nação e região, identidade, branquitude, raça, gênero, modernidade e progresso.
117	1	Da cidade e do urbano - Stella Bresciani	1ª edição	Stella Bresciani	Alameda Editorial	Esta coletânea de textos de Stella Bresciani sobre a cidade e o urbano, feitos em distintos momentos desde os anos 1980, permite a um só tempo acessar um conjunto de escritos dispersos em seus contextos e conferir visibilidade a uma trajetória acadêmica singular, pela amplitude de reflexões, pelo rigor e sensibilidade no trato com a documentação e as temáticas, pela capacidade de entrelaçar com maestria linguagem, imagens, projetos em torno do urbano.
118	1	Quintais e memórias paulistanas: Nos Fundos da Sociabilidade - Séculos XIX e XX	1ª edição	Bianca Melzi Lucchesi	Appris Editora	Quintais e memórias paulistanas: nos fundos da sociabilidade não é apenas uma construção do passado urbano de São Paulo e da permanência e evolução dos quintais na moradia paulistana, mas um convite ao leitor para adentrar a porta dos fundos de suas memórias de morador, visitante ou apreciador do quintal. Apresentando os usos e funções dos quintais na formação da sociabilidade das classes populares, o livro faz uma análise do papel versátil do quintal enquanto espaço limítrofe entre público e privado, urbano e rural, lazer e conflito e dá voz aos sujeitos históricos de praxe esquecidos ou silenciados pelo tempo: lavadeiras, quituteiras, crianças, ex-escravizados e imigrantes pobres fazem do quintal, mais do que sua moradia, seu meio de sobrevivência e resistência na metrópole.
119	1	História Econômica e Social do Estado de São Paulo-1850-1950	1ª edição	Francisco Vidal Luna Herbert S. Klein	Imprensa Oficial	Poucas são as obras abrangentes sobre a economia e a sociedade paulistas que contemplem longos períodos. Os textos específicos existentes, em sua maioria, se referem a uma região ou cidade, e raramente ao estado como um todo. Os trabalhos sobre numerosos temas particulares - desde a história de determinadas culturas agrícolas e escritos sobre a imigração, industrialização e urbanização - também se restringem a análises parciais. Neste livro, Francisco Vidal Luna e Herbert S. Klein, dão continuidade a seus estudos sobre São Paulo nos períodos colonial e imperial, estendendo-se até meados do século XX.
120	1	Histórias de São Paulo - 3 Volumes: Construções e Desconstruções	1ª edição	Fernanda Spósito	EDUSP	Esta obra resulta de uma série de diálogos sobre São Paulo, resultado dos ricos debates realizados em colóquio na Unifesp em 2018, e os comentários acrescentados ao final dos blocos temáticos procuram reproduzir a riqueza das discussões. Nos três volumes independentes que compõem o conjunto, a cidade é analisada em suas diversas espacialidades e temporalidades: a vila colonial, a capitania, a província, o estado e a metrópole. Partindo de perspectivas diversas, os livros englobam uma multiplicidade de temas, objetos e metodologias de análise.
121	1	Aspectos do Mercado Imobiliário em Perspectiva Histórica.	1ª edição	Beatriz Piccolotto Siqueira Bueno	EDUSP	Desde o período colonial, metade do tecido urbano da cidade de São Paulo era composta de imóveis de aluguel, situação que permaneceu inalterada até a década de 1940, legando-nos um significativo conjunto de prédios ainda hoje pertencentes a determina das famílias. Este livro aborda um período de profundas transformações na história de São Paulo, não por acaso elemtizadas na metáfora "três cidades em um século". Nela, camadas desiguais de tempos são postas em evidência, com foco na escala do edifício e no papel da iniciativa privada na construção da cidade.
122	1	História econômica e social do estado de São Paulo: 1950-2020	1ª edição	Francisco Vidal Luna Herbert S. Klein	Editora Unesp	Nas décadas de 1950 a 1980 o Brasil construiu um dos mais avançados e integrados parques industriais dentre os chamados países "em desenvolvimento". De início, esse processo concentrou-se quase por completo no estado de São Paulo, mais precisamente na capital e seu entorno, a Região Metropolitana, principalmente na área conhecida como ABC paulista. O vertiginoso crescimento econômico e populacional resultante dessa expansão industrial moldou o tecido urbano. A partir dos anos 1980, o processo de descentralização das indústrias para outros estados reduziu a importância de São Paulo na produção industrial brasileira. Embora permanecesse como principal estado industrial, sua capital transformou-se em cidade com prevalência do setor de serviços, tornando-se a capital financeira do país e sede majoritária das companhias nacionais e internacionais em atividade. Seus serviços nas áreas de saúde e educação passaram a ser os mais distinguidos, refletindo-se nas altas taxas de educação no estado e no crescimento da categoria dos profissionais liberais. Em 2020, subsistem ainda graves problemas a enfrentar nas áreas de habitação, saneamento e mobilidade. Este livro é importante referência aos estudiosos de história, política e economia da América Latina.
123	1	Jardim da Luz : um museu a céu aberto- historia e restauro	1ª edição	Ricardo Ohkate Carlos Dias	Edições Sesc	A restauração do Jardim da Luz incluiu sua integração com a Estação da Luz e com a Pinacoteca do Estado, recuperando contornos arquitetônicos e paisagísticos projetados no século XIX e fazendo ressurgir atrações históricas: um aquário centenário e as fundações de uma torre construída em 1874, considerada o primeiro arranha-céu de São Paulo. Farto em imagens, este livro trata desse processo de revitalização em quatro eixos: conceitos e técnicas do restauro, flora e fauna do jardim, histórico e arquitetônico e ensaio fotográfico
124	1	A trajetoria de Joaquim Pinto de Oliveira : o Tebas	1ª edição	Luís Gustavo Reis	Editora Unesp	Joaquim Pinto de Oliveira, o Tebas, emerge das sombras da história para ocupar o lugar que lhe cabe na construção de São Paulo colonial. Nascido em cativo, filho de mãe escravizada e pai indígena, sua vida se entrelaça com as complexas leis de uma sociedade escravista, mas também revela a força e o talento de um homem que superou as amarras da opressão
125	1	Luiz Gama contra o Imperio: A luta pelo Direito no Brasil da Escravidão	1ª edição	Bruno Rodrigues de Lima	Contracorrente	Luiz Gama contra o Império' marca um novo estágio nos estudos sobre a trajetória e a obra de Luiz Gama, este personagem tão importante de nossa história, nosso maior advogado, nosso abolicionista primeiro e um dos grandes pensadores da formação social brasileira. Bruno Lima dá corpo e nos permite um mergulho profundo no pensamento de Luiz Gama, mas também nas mazelas e nas possibilidades emancipatórias que fazem parte do Brasil

126	1	Acesso à Informação em Ambiente Web: Os Arquivos Públicos Brasileiros de Fato Oferecem Navegação Acessível às Pessoas com Deficiência?	1ª edição	Daniela Francescutti Martins Hott	Appris Editora	Esta obra apresenta um mapeamento e análise das ações de promoção de inclusão das pessoas com deficiência por parte de instituições arquivísticas públicas quanto ao acesso à informação e recomenda estratégias básicas para orientá-las quanto aos requisitos de acessibilidade na promoção deste acesso nos seus portais institucionais. O cerne do livro é refletir, sob o prisma do direito de acesso às informações disponíveis em ambiente web, se este tem realmente proporcionado o acesso para todas as pessoas, considerando as regulamentações da Lei de Acesso à Informação e da Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência.
127	1	São Paulo: Sentidos territoriais e políticas sociais	1ª edição	Aldiza Sposati Dirce Koga	Senac São Paulo	Por meio de ensaios com especialistas, o livro aborda temas como falta de oferta de terras na metrópole, arrebatamento da verticalização e formação de contingentes urbanos em áreas oficialmente não habitáveis; a relação tida entre a regulação social no campo da proteção social com a perspectiva territorial; o recente aumento populacional dos distritos do Centro Histórico e as razões para tal fenômeno; e a tensão cada vez mais evidente entre a dinâmica da metrópole e as respostas das políticas públicas, associadas aos diferentes agenciamentos presentes em seus territórios.
128	1	Territórios em Conflito: São Paulo: Espaço, História e Política	1ª edição	Raquel Rolnik	Três Estrelas	Territórios em conflito é um livro sobre o passado, o presente e o futuro de São Paulo, cidade-mundo de 20 milhões de habitantes. Um dos principais nomes do urbanismo brasileiro, Raquel Rolnik apresenta, em linguagem simples e direta, os conflitos, temas e opções políticas que definiram a história da metrópole, desde sua fundação até hoje. Apesar de ser um poderoso polo econômico, financeiro e cultural, São Paulo é marcada pela pobreza, pela desigualdade e pela incerteza quanto a seu futuro. Ao refletir sobre a trajetória da cidade, a autora aponta caminhos para que se possa construir, aqui e agora, um lugar melhor e mais justo. A primeira parte do livro, "São Paulo", é uma versão atualizada e ampliada da obra homônima de grande sucesso publicada em 2001. A segunda traz 46 artigos em que Rolnik se posiciona sobre questões atuais da vida da cidade. A última parte reúne quatro ensaios que analisam desde a formação das imensas periferias nos anos 1970 até as manifestações que tomaram as ruas do país em junho de 2013.
129	1	Direito à Folia: o Direito ao Carnaval e a Política Pública do Carnaval de rua na Cidade de São Paulo	1ª edição	Guilherme Varella	Alameda Editorial	O carnaval é uma manifestação cultural que é um direito e uma liberdade". A frase deste livro de certa forma condensa a tese a ser explorada e desenvolvida. Não há muitos escritos sobre o carnaval do ponto de vista jurídico, a literatura sempre privilegiou uma abordagem mais sociológica ou antropológica. Neste sentido, o texto de Guilherme Varella é sugestivo, acrescenta uma camada de esclarecimento a um evento popular entre nós. Dizer que o carnaval é um direito significa delimitar um espaço específico no qual a ação do Estado se faz, desde as obrigações em garantir as condições objetivas de sua realização, às políticas públicas direcionadas nesta direção. Dizer que nos encontramos diante de uma liberdade é afirmar a escolha individual como uma dimensão interna ao próprio evento.
130	1	1924 - Tenentes Rebeldes	1ª edição	Dácio Nitirini	Editora Tercero Nome	Este livro conta a história da mais violenta e esquecida guerra urbana do país. Em São Paulo, 5 de julho de 1924, explodiu uma revolução. Oficiais do Exército, Marinha e Força Pública queriam implantar uma ditadura, fazer reformas e acabar com a corrupção. Era a segunda tentativa dos tenentes rebeldes. Dois anos antes, no mesmo dia 5 de julho, rebelaram-se no Forte de Copacabana, mas o levante foi rapidamente sufocado. Desta vez, combates cruentos se prolongaram por 23 dias, gerando mais de mil mortes e incontáveis feridos. Centenas de corpos foram enterrados em quintais, jardins e matas da periferia. Grande parte dos 700 mil habitantes da cidade fugiu para cidades vizinhas. A metade deles eram imigrantes vivendo nos bairros operários, alvos de canhoneio legalista. Os quartéis foram facilmente dominados pelos rebeldes. Uma dura reação legalista veio com 15 mil homens. Os amotinados contavam com apenas três mil soldados. Estrangeiros foram atraídos para lutar. Novecentos italianos, alemães e húngaros, entre eles, anarquistas e comunistas, se alistaram como mercenários em troca de soldo, comida e terras.
131	1	A Revolta de 1924 em São Paulo: Para Além dos Tenentes	1ª edição	Maria Clara Sapada de Castro	Alameda Editorial	A Revolução de 1924, episódio que causou profundos estragos na capital paulista, particularmente nos bairros operários, nunca recebeu da historiografia a devida importância. Trata-se do evento que colocou em cheque o modelo político do liberalismo oligárquico, antecipando a Revolução de 1930. Foram mais de três semanas de combates e de ocupação da cidade pelas forças rebeldes. Os seguidos bombardeios efetuados pelas tropas legalistas do governo federal para retomar o controle de São Paulo provocaram centenas de mortos, além de milhares de feridos, quase todos civis. Um dos maiores, sendo o maior massacre urbano da Primeira República. No entanto, a revolta permanece praticamente ignorada do grande público. O trabalho de Maria Clara Spada de Castro dedica-se a esmiuçar os diferentes agentes envolvidos nessa revolta. Utilizando-se principalmente de fontes do Judiciário, desmonta-se a ideia consagrada de uma revolta de tenentes. No decorrer das páginas deste livro, os atores sociais vão sendo apresentados ao leitor. Há tenentes e outros oficiais, evidentemente, mas o que se percebe é o forte apelo popular da revolta. A população torna-se visível: soldados negros, o operariado paulistano, a participação feminina, civis voluntários, nacionais e estrangeiros.
132	1	Aspectos da luta pela cidadania negra na cidade de São Paulo (1891-1930)	1ª edição	Fernando de Oliveira dos Santos	Dialética	Este livro, apresenta um panorama da luta do negro pela cidadania em São Paulo nas décadas seguintes à Abolição (1891-1930). Por um lado, a investigação procurou identificar os percalços existenciais enfrentados por homens e mulheres negros no contexto do pós-emancipação, principalmente por conta da permanência do racismo na cidade de São Paulo. Por outro lado, nos debruçamos nas várias estratégias e ações do negro para conquistar inserção social e direitos básicos de uma cidadania, tornada possível. A pesquisa teve como principal fonte primária os jornais da imprensa negra. Esses periódicos foram publicados por um pequeno grupo de negros letrados, considerados os legítimos representantes da comunidade negra. Por meio desses jornais, que foram publicados de forma intermitente, entre 1915 e 1963, foi possível compreender inúmeros aspectos da vida cotidiana do negro.
133	1	São Paulo Restaurada	1ª edição	Pablo Otter Mont Serrath	Alameda Editorial	No ano de 1765, após 17 anos sob a administração do Rio de Janeiro, São Paulo foi restaurada enquanto capitania-geral. Visando não só as necessidades de ocupação territorial, defesa das fronteiras e centralização administrativa, mas, igualmente, o estímulo e o incremento econômico da capitania, tal fato se insere nos quadros de uma renovada política portuguesa para suas conquistas. Na execução dos planos determinados para a capitania paulista, foram indispensáveis a diligência dos governadores enviados para dirigir-la e a participação da elite colonial. Este livro, fruto de pesquisa ampla e cuidadosa, desvenda as questões e as dificuldades surgidas da relação desses governantes com uma elite não homogênea e muitas vezes refratária às mudanças que se queriam implementar. Com escrita sóbria e inventiva, por meio de uma narrativa cativante, Pablo Mont Serrath revela, ainda, as estratégias pelas quais a Coroa portuguesa procurou efetivar os seus desígnios: tendo que vigiar seus governadores, cooptar os habitantes locais e superar os obstáculos impostos por
134	1	São Paulo cidade azul	1ª edição	Andrea Barbosa	Alameda Editorial	Espaço em que diferentes sujeitos vivem sua experiência do cotidiano, a cidade é também acervo de imagens que se constroem ao longo da história, que se preservam na memória coletiva e são apropriadas pela memória individual. Imagens que de diversos modos ativam o imaginário sobre este espaço e que os cineastas, por sua vez, nos devolvem, construindo novas imagens. O que os filmes escolhidos por Andréa Barbosa teriam a dizer sobre a São Paulo dos anos 1980? Escrita numa linguagem poética, inspirada pelas imagens e sensações evocadas pelos filmes em que se debruça, a análise de Andréa dá maior complexidade ao olhar antropológico, uma vez que busca decifrar a representação da cidade feita por esses cineastas paulistas dos anos 1980. Cinema e mito podem aqui ser vistos como modos semelhantes de lidar com o tempo e suprimi-lo.
135	1	Movimentos de Moradia e Sem-Teto em São Paulo	1ª edição	Edison Miagusko	Alameda Editorial	Este livro procura compreender as práticas e ações dos movimentos de moradia e sem-teto em São Paulo e seus integrantes, na década de 1990, inseridos no "contexto do desmanche". Contexto este que modificou e transubstanciou as categorias, os diagnomas e a forma como os movimentos sociais fazem a experiência e incidem no debate público, alterando os termos da ação política. A experiência circula, mas num campo de encolhimento do possível. Chico de Oliveira, no prefácio a este livro, diz: "A política quer dizer precisamente para autores que você frequenta muito, a política quer dizer pactar a ação do adversário. Qualquer que seja o caso. Torna-se intrançável. Por isso que não tem política. [...] A política precisa da previsibilidade." O livro, desta forma, pretende mostrar que, nesse contexto, a política aparece como um "excesso". Num contexto de encolhimento do possível, do cotidiano, a política só pode aparecer necessariamente no seu fundamento, o excesso democrático. A alteração desse contexto demanda uma reinterpretação dos movimentos sociais a partir da leitura das

136	1	Os Meandros dos Rios nos Meandros do Poder	1ª edição	Odette Carvalho de Lima Seabra	Alameda Editorial	O Rio Tietê e o Rio Pinheiros circundavam a cidade de São Paulo em movimentos lentos, por longos e sinuosos leitos repletos de meandros; formas que traduziam o longo processo de natureza geo-física de formação das planícies aluviais, identificadas também por várzeas. Sobre elas estes rios faziam e refaziam seus leitos deixando, entre uma e outra cheia, meandros abandonados formando lagoas em semi-círculos. Na modernidade estes rios se tornaram objeto de conhecimentos científicos; foram descobertas as leis que regulam os fluxos para submeter os por inteiro à intervenção, como atestam os estudos sobre as formas de apropriação dos rios e das várzeas do Tietê e Pinheiros em São Paulo.
137	1	Territorialidade negra e segregação racial na cidade de São Paulo	1ª edição	Reinaldo José de Oliveira	Alameda Editorial	Este livro é uma leitura clássica e obrigatória para aqueles que acreditam que os territórios das cidades pertencem a todos os tipos de populações do mundo com direitos a igualdade racial inerente à espécie humana. A territorialidade negra e a segregação urbana e racial no decorrer do século XX na cidade de São Paulo aporta as bases de reflexões para as cidades no século XXI. A presença negra na cidade e seus deslocamentos na urbe paulistana, nos apresentam gradativos movimentos em torno da ocupação do espaço e da segregação. Estes movimentos vão definindo lugares, ora identitários, espaços de construção/deconstrução e reconstrução de bases sociais, culturais e políticas e, ora, as forças da separação, marginalização e estigmatização da população negra e pobre para as regiões mais distantes da cidade. Acompanhando este percurso a obra apresenta, de um lado, os ininterruptos deslocamentos de territorialidades, desterritorialidades e reterritorialidades, e de outro lado, a segregação racial. Território negro e segregação racial são forças contraditórias inscritas no
138	1	Capoeiras e valentões na história de São Paulo (1830-1930)	1ª edição	Pedro Figueiredo Alves da Cunha	Alameda Editorial	A capoeira hoje é uma arte marcial praticada no mundo inteiro por milhões de pessoas. Porém, sua história ainda é repleta de lacunas. Este livro surgiu do interesse do autor, praticante dessa arte marcial há mais de 15 anos, em preencher uma dessas lacunas. O resultado, no entanto, foi além do esperado. Ao tentar entender melhor o desenvolvimento da capoeira em território paulista, Pedro Cunha desvelou facetas desconhecidas da própria história de São Paulo. A partir de fontes variadas como jornais, cartas, ofícios e leis, o autor cruzou a prática da capoeira com os mais variados temas, dentro de um período próximo a 100 anos. Nas páginas deste livro, os leitores ficarão sabendo, por exemplo, do envolvimento de professores e estudantes da tradicional Faculdade de Direito de São Paulo com valentões da capital paulista. Também terão uma visão mais clara da participação popular no movimento abolicionista que se espalhou pela província. Da mesma forma, conhecerão um pouco mais do processo que deu origem a escolas de samba e times de futebol paulistanos.
139	1	O voto e a vida: democracia, populismo e comunismo nas eleições de 1954 e 1962 em São Paulo	1ª edição	Murilo Leal	Alameda Editorial	A historiografia do trabalho no Brasil conta com algumas poucas e honrosas incursões bem sucedidas na história sobre a participação e o comportamento eleitorais dos trabalhadores entre o final da Segunda Guerra Mundial e o golpe de 1964, mas até O voto e a vida não havia produzido nada tão sistemático e profundo quanto este livro. O voto operário e popular, mais que uma manifestação individual, só pode ser bem compreendido se o procurarmos para além das urnas, ao rês (na razi) da vida nas fábricas, nos bairros, nos sindicatos, nas assembleias, nos comícios, nas organizações de mulheres, nas manifestações coletivas, na expectativa de dias melhores, na contabilidade árida da economia doméstica e, enfim, na árdua do cotidiano com que trabalhadoras e trabalhadores dão forma às suas experiências. Para responder a estas e tantas outras questões é que o autor reduz sua escala de observação. As eleições de 1954 e 1962 para o governo do estado de São Paulo, a Câmara Federal e a Assembleia Legislativa são seus laboratórios, não sem antes